

Portugal: Escolhas para o futuro

Compromissos aceitáveis para melhorar o bem-estar social e económico dos portugueses

Novembro 2015





Autores:

Duarte Braga
Miguel Fonseca
Nuno Catarino
João Segorbe
João Castello Branco

Bruno Esgalhado
Manuel Ribeiro
Diogo Duarte
João Romão
Luísa Casimiro



Portugal: Escolhas para o futuro

Prefácio

Nas três últimas décadas, Portugal testemunhou importantes alterações económicas, desde o crescimento robusto que se seguiu à entrada na União Europeia, em 1986, até às dificuldades sentidas, na sequência da crise económica global de 2008. Ao longo deste período e perante os desafios que o País tem enfrentado, a McKinsey & Company tem vindo a desempenhar um papel de parceria e aconselhamento a inúmeros decisores e empresas líderes de mercado. Com este relatório, em que se procurou caracterizar as escolhas que os portugueses estão dispostos a fazer no futuro, celebramos o 30.º aniversário da nossa presença em Portugal enquanto parceiros das mais destacadas empresas dos principais setores e indústrias nacionais, com a vontade de continuarmos a contribuir para a construção do futuro do País.

Desde que Manuel Violante fundou o nosso escritório de Lisboa em 1985 — a primeira firma global de consultoria de gestão no País, inaugurada pouco antes da entrada de Portugal na União Europeia —, o escritório cresceu significativamente. Com dez colaboradores na altura, realizaram-se nesse ano um total de dez projetos. Com o crescimento da economia, também o nosso empenho aumentou. Até 2014, o número total de projetos levados a cabo pelo escritório de Lisboa aumentou oito vezes, e o escritório conta hoje com 135 colaboradores. Na última década, o escritório realizou 700 projetos para instituições públicas e privadas, em todo o País.

Orgulhamo-nos do contributo que pudemos dar para o desenvolvimento económico de Portugal ao longo dos últimos 30 anos. Os nossos consultores e restantes colaboradores tiveram a oportunidade de trabalhar com alguns dos maiores e mais destacados líderes empresariais do País, além de terem apoiado também uma série de empresas inovadoras recém-chegadas ao mercado. Estamos confiantes de que os nossos esforços ajudaram no desenvolvimento de muitos dos mais importantes setores, incluindo banca, telecomunicações, energia, retalho, manufatura e construção. No entanto, nos últimos anos, Portugal enfrentou importantes desafios. A economia foi fortemente atingida pela crise económica global de 2008 e pela subsequente crise da dívida europeia. Medidas de austeridade forçaram os cidadãos e as empresas a aceitar sacrifícios contra a promessa de um futuro melhor. Indicadores recentes sugerem que estes sacrifícios estão a começar a dar resultados, havendo previsões de que está em curso um retorno ao crescimento económico sustentado. Mas esta recuperação é ainda recente e frágil; e o País continua a enfrentar desafios, especialmente no que se refere à produtividade e ao nível de endividamento.

Para celebrar o 30.º aniversário do nosso escritório de Lisboa, a McKinsey decidiu levar a cabo um estudo inovador com o objetivo de avaliar comportamentos e atitudes predominantes em Portugal e de identificar áreas de consenso e de discórdia no caminho para o futuro. Ao contrário dos estudos *standard*, a análise *conjoint*, desenvolvida pelo McKinsey Global Institute, tem por objetivo identificar os *trade-offs* considerados aceitáveis e com influência no avanço da economia. Em vez de resultar numa “lista de desejos” não exequíveis, o estudo identifica os sacrifícios que os inquiridos estão dispostos a fazer, de forma a ajudar ao crescimento da economia, bem como os benefícios que pretendem obter com o crescimento gerado. A análise dos resultados sugere existir maior consenso relativamente a um conjunto de medidas do que se poderia esperar. As conclusões desta análise podem contribuir para o debate público, num momento em que os líderes portugueses definem políticas para o futuro do País.

A McKinsey tem para com Portugal um compromisso firme. No momento em que assinalamos o 30.º aniversário da abertura do nosso escritório de Lisboa, ambicionamos também continuar a contribuir para o desenvolvimento do País, por muitas mais décadas.



Dominic Barton

Managing Director da McKinsey & Company

Agradecimentos

No contexto de celebração do 30.º aniversário do escritório da McKinsey em Lisboa, decidimos realizar o estudo *Portugal: Escolhas para o Futuro* que apresentamos no presente relatório. Este estudo baseia-se num inquérito inovador realizado pelo McKinsey Global Institute (MGI), em 2014, que pretende identificar os *trade-offs* socioeconómicos que os inquiridos estão dispostos a fazer para melhorar o seu bem-estar nos próximos 10 anos. Num contexto de incerteza política e económica em Portugal, esperamos que as conclusões do presente estudo — puramente baseadas em escolhas feitas por uma amostra representativa da população portuguesa num inquérito — possam vir a contribuir para o debate público do País e apoiar Portugal num caminho de crescimento económico sustentável.

Aproveito a oportunidade para agradecer em especial a todos os intervenientes externos que nos apoiaram — líderes de empresas, economistas, políticos, e professores académicos — pelo seu contributo para o conteúdo e forma deste estudo, pelos desafios que colocaram, e pelo sua orientação ao longo de todo o projeto. Agradeço, a todos, profundamente o tempo dedicado.

Agradecemos todos as recomendações e opiniões recebidas. Porém, o relatório final do estudo é da autoria da McKinsey, e assumimos responsabilidade por qualquer erro presente no mesmo. As conclusões do presente estudo não tencionam, de modo algum, providenciar recomendações políticas, mas sim dar voz às escolhas indicadas pelos portugueses que participaram no inquérito. O presente estudo foi realizado de forma independente e não foi subsidiado ou patrocinado em modo algum por qualquer empresa, entidade corporativa, governo, ou outras instituições. Quaisquer comentários ao estudo são bem-vindos, por correio eletrónico para o endereço mckinsey_portugal_30anos@mckinsey.com.



A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Duarte Braga'.

Duarte Braga

Director, McKinsey & Company Lisboa

Índice

I. Introdução	11
II. Uma recuperação promissora, embora subsistam desafios	15
III. Um cenário de consenso para um crescimento acelerado	21
IV. Três áreas a comprometer suscitam debate	29
V. Cinco áreas de melhoria com apoio generalizado	39
VI. Conclusão	49
Anexo.....	55



I. Introdução

Após as dificuldades que se seguiram à crise económica global de 2008, Portugal apresenta agora os primeiros sinais de recuperação. Na sequência de um período de austeridade, o crescimento económico regressou em 2014, enfrentando agora o País o desafio de sustentar este sucesso. Um estudo inovador com base na análise das atitudes e comportamentos dos portugueses, realizado pela McKinsey & Company, sugere existir um consenso mais alargado do que o debate público predominante poderá fazer supor sobre o rumo a tomar para o futuro, embora se mantenha a controvérsia em relação a algumas áreas. Os resultados deste estudo poderão ajudar a identificar áreas onde é possível agir de forma imediata e áreas nas quais é necessário um diálogo adicional.

Em geral, a análise de uma amostra representativa da população revela que os portugueses inquiridos estariam, em média, dispostos a trabalhar mais e por mais tempo, bem como a sacrificar alguns dos seus benefícios sociais em troca, principalmente, de mais rendimento disponível, de melhor educação, e de melhores cuidados de saúde, segurança pública e proteção ambiental. A unanimidade é quase total quando se trata do desejo de melhorar estes últimos benefícios sociais. Os resultados relativos a outros aspetos, por outro lado, revelam existir, entre os inquiridos, diferentes níveis de concordância.

Tendo uma consciência clara dos compromissos que a maioria dos cidadãos parece estar disponível a aceitar, o País poderá reforçar um caminho de recuperação sustentada e, potencialmente, duplicar a taxa de crescimento económico esperada ao longo dos próximos dez anos. Alguns cenários testados no estudo — que maximizam o bem-estar de uma parte considerável da população — revelam inclusivamente que se podem alcançar taxas de crescimento mais elevadas, embora os esforços necessários pudessem desencadear uma maior insatisfação da população como um todo.

O estudo das atitudes e preferências da população portuguesa aqui apresentado tem por base uma análise realizada em vários países europeus pelo McKinsey Global Institute (MGI), a unidade de *research* de macroeconomia da McKinsey. Em agosto de 2014, o MGI elaborou um estudo e uma análise *conjoint* de 16.000 europeus em oito países: França, Alemanha, Itália, Polónia, Roménia, Espanha, Suécia e Reino Unido.¹ No verão de 2015, o estudo foi alargado a 2.000 inquiridos em Portugal, tendo sido incluídas questões adicionais que se consideraram relevantes para o atual debate público no País.

Os estudos de opinião tradicionais tendem a abordar as questões de forma isolada, ignorando ligações entre si e, mais importante ainda, limitações reais. Consequentemente, é frequente resultarem em “listas de desejos” não exequíveis e não em retratos realistas que possam ajudar a definir políticas coerentes.

¹ A Window of Opportunity for Europe, McKinsey Global Institute, junho de 2015.

O estudo e a análise *conjoint* do MGI procuraram corrigir esta lacuna. Foi, portanto, pedido aos inquiridos que escolhessem entre pares de cenários equivalentes, cada um apresentando quatro atributos. Os *trade-offs* entre atributos foram apresentados de forma explícita. Por exemplo (e simplificando), uma educação muito melhor implicaria uma ligeira redução de rendimento disponível (Quadro 1). Os cenários apresentados foram desenhados de modo a garantir a sua equivalência em termos económicos, e que a melhoria de um atributo ocorreria sempre à custa de outro. A utilização desta técnica reflete uma tentativa de reformular a disciplina da economia para um âmbito mais alargado e ambicioso. Mais alargado, uma vez que é baseado num sistema de *trade-offs* entre incentivos / serviços públicos (por exemplo, o rendimento disponível) e custos (por exemplo, as horas de trabalho) que vão além de um conjunto de reflexões sobre produção e consumo de bens materiais, e tentam entender o comportamento humano. O nível de ambição apresentado deve ser lido com ressalva, uma vez que a técnica estatística utilizada pode não refletir todas as questões morais que estão subjacentes aos *trade-offs* testados.

Quadro 1

Questão do estudo *conjoint*:

Se tivesse de escolher entre os dois cenários em baixo, qual preferiria para Portugal daqui a 10 anos?

	Cenário 1	Cenário 2
 A qualidade da educação é...	Mais baixa que atualmente	Muito mais alta que atualmente
 A qualidade do ambiente e dos espaços públicos é...	A mesma que atualmente	Mais alta que atualmente
 A qualidade da segurança pública é...	Mais alta que atualmente	Muito mais alta que atualmente
 O rendimento disponível é...	10% mais alto que atualmente	10% mais baixo que atualmente

ou

Os oito atributos utilizados na análise foram os seguintes: saúde, educação, ambiente, proteção social, segurança pública, rendimento disponível, horas de trabalho e maior esforço / meritocracia no trabalho (como indutor de produtividade). Entre os atributos testados, as horas de trabalho e o esforço adicional e meritocracia no trabalho permitiam aumentar (ou diminuir) diretamente o *output* económico; por outro lado, alterações nos restantes seis atributos permitiam alocar o *output* económico de forma diferente, numa lógica de modelo fechado. Nestes cenários, sacrificar um dos atributos libertaria recursos para melhorar noutros atributos. Estes atributos estão descritos no *Better Life Index*, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), como os *drivers*-chave de qualidade de vida.²

² A análise *conjoint* excluiu alguns atributos do *Better Life Index*, da OCDE, tais como o “envolvimento cívico” e a “satisfação pessoal”, uma vez que o enfoque do estudo da McKinsey incidiu nos atributos cuja qualidade pudesse ser claramente associada à disponibilidade de recursos económicos, designadamente a despesa pública ou privada. Para mais informações, consulte o Anexo.

Foram apresentados aos inquiridos dez pares de cenários e foi-lhes pedido que escolhessem o seu cenário preferido. Cada par de cenários apresentava quatro atributos que refletiam *trade-offs* reais. (O número de atributos foi limitado a quatro, em cada cenário, para evitar excesso de informação e facilitar a interpretação dos *trade-offs* apresentados.) A análise *conjoint* destas respostas permitiu identificar o cenário ótimo para cada inquirido, no qual a sua utilidade socioeconómica foi maximizada. Estes cenários ótimos foram depois analisados por forma a obter uma média ponderada nacional ou a uma imagem do consenso do País quanto a *trade-offs* aceitáveis. (Detalhes da metodologia no Anexo.)

Foram introduzidas perguntas adicionais com o objetivo de entender mais detalhadamente a opinião dos inquiridos sobre potenciais reformas e cursos de ação em cada uma das áreas estudadas. Do mesmo modo, foram analisadas com maior detalhe as preferências de grupos específicos — funcionários públicos, professores e inquiridos auto-identificados como de ideologia de esquerda ou de direita.

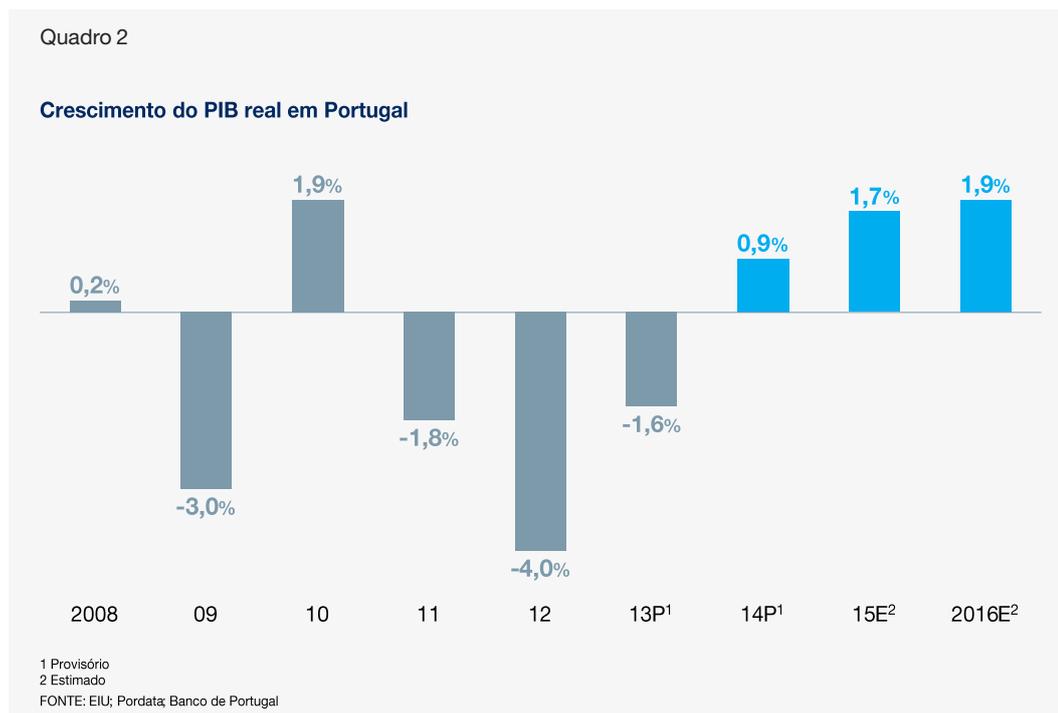


II. Uma recuperação promissora, embora subsistam desafios

Após o esforço decorrente da crise económica global de 2008 e da subsequente crise da dívida europeia, Portugal parece estar bem posicionado para voltar a uma trajetória de crescimento económico sustentado. Embora subsistam importantes desafios — entre os quais se destacam a produtividade e o nível de endividamento —, vários indicadores sugerem que o País está a recuperar da crise.

A economia portuguesa registou uma contração ao longo de quatro dos cinco anos entre 2009 e 2013. Em 2011, solicitou um pacote de resgate de 78 mil milhões de euros, disponibilizado pela União Europeia, pelo Banco Central Europeu e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que exigiu cortes na despesa pública e aumentos de impostos. Este pacote de resgate contribuiu para uma contração de quatro por cento do PIB, em 2012.

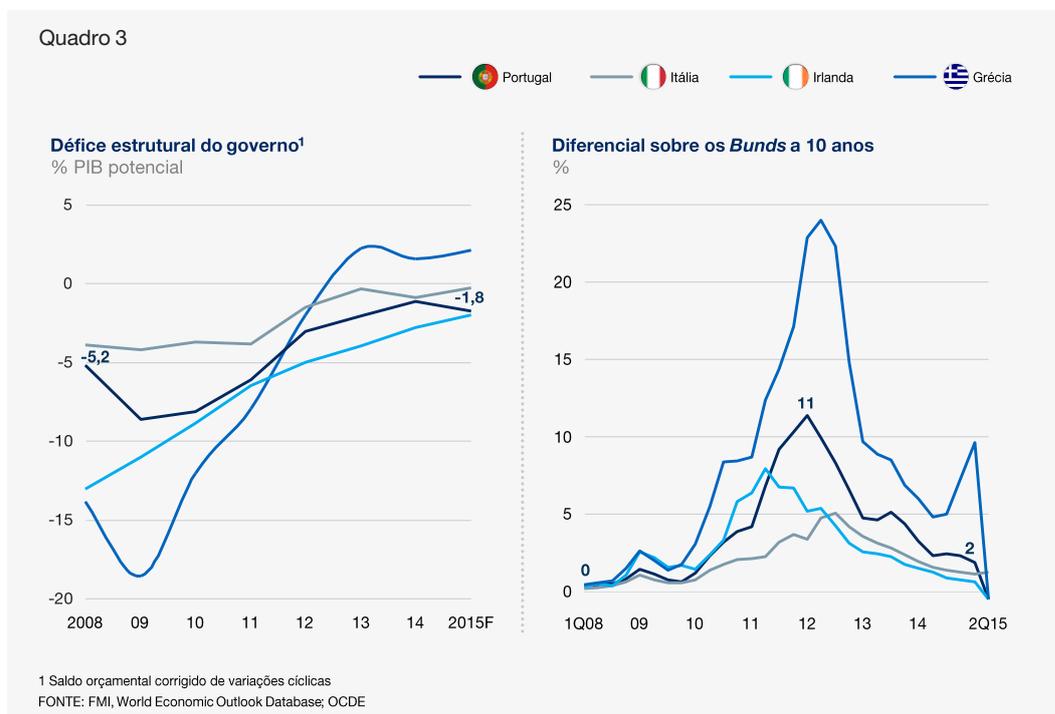
Nos últimos anos, no entanto, à medida que o programa de resgate foi sendo concluído, Portugal parece ter iniciado uma fase de recuperação económica (Quadro 2). O PIB cresceu 0,9 pontos percentuais, prevendo-se que cresça 1,7 por cento, em 2015, e 1,9 por cento, em 2016. Com efeito, a Economist Intelligence Unit (EIU) prevê que, ao longo dos próximos dez anos, a economia portuguesa cresça em média 1,1 por cento ao ano.³



Adicionalmente, o défice estrutural público foi significativamente reduzido, tal como ocorreu noutros países europeus fortemente endividados, decrescendo de 5,2 por cento do PIB, em 2008, para, segundo se prevê, 1,8 por cento do PIB, em 2015. Adicionalmente, o diferencial de rendimento dos títulos de dívida pública portuguesa a dez anos diminuiu, em relação aos equivalentes alemães, de uma média de 11 pontos percentuais, no primeiro trimestre de 2012, para 2 pontos percentuais, no segundo trimestre de 2015 (Quadro 3).

3 Pordata; Banco de Portugal; EIU.

Quadro 3



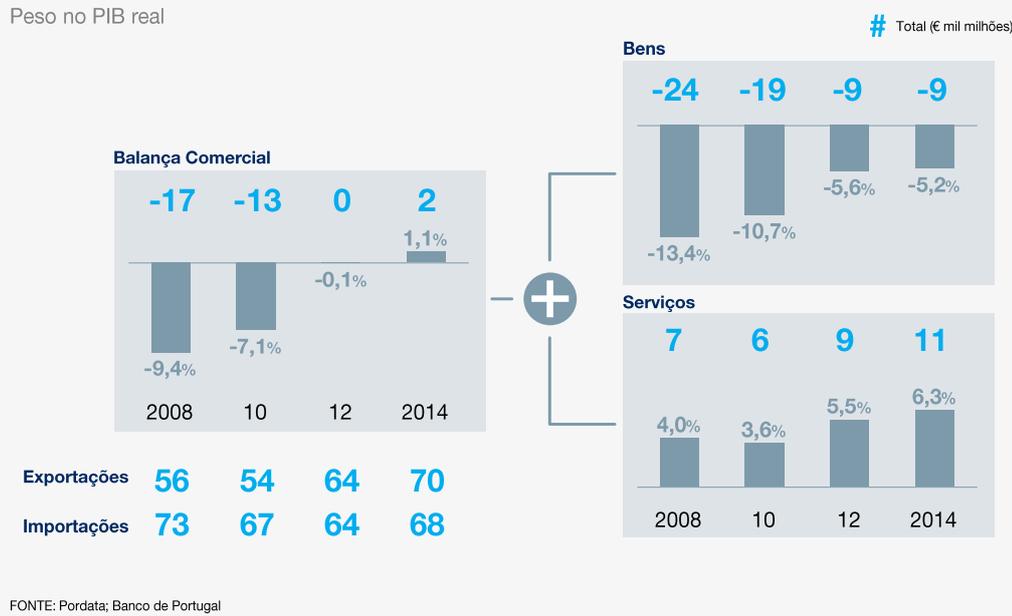
O Estado também parece estar a travar o crescimento da sua dívida. Entre 2008 e 2012, a dívida pública, em percentagem do PIB, cresceu em média 14 pontos percentuais por ano. Este crescimento abrandou para 4 pontos percentuais por ano, entre 2012 e 2014. Segundo as previsões do FMI, o rácio de dívida deverá cair dois pontos percentuais, entre 2014 e 2015, e quatro pontos percentuais, nos anos seguintes.⁴

Além das expectativas de recuperação, Portugal obteve, pela primeira vez desde a década de 1950, um *superavit* comercial, em 2014, principalmente graças a um aumento das exportações. A balança comercial passou de um défice de 17 mil milhões de euros, em 2008, para um excedente de 2 mil milhões de euros em 2014 (Quadro 4). Embora as importações tenham permanecido relativamente estáveis durante o período, o valor das exportações cresceu de 56 mil milhões de euros para 70 mil milhões de euros. Durante o mesmo período, o défice comercial de bens reduziu de 24 mil milhões de euros para 9 mil milhões de euros, enquanto o *superavit* de serviços cresceu de 7 mil milhões de euros para 11 mil milhões de euros.

⁴ Pordata; FMI.

Quadro 4

Peso no PIB real



O cenário de recuperação económica é igualmente sustentado por outros indicadores. Por exemplo, o número de empresas criadas cresceu de 30.300, em 2012, para 35.300, em 2014, enquanto as insolvências caíram de 7.800, em 2012, para 6.800, em 2014. Os registos de patentes, um sinal de inovação, cresceram de 654, em 2010, para 929, em 2014. Finalmente, as receitas de turismo cresceram de 7,6 mil milhões de euros, em 2010, para 10,4 mil milhões de euros, em 2014.⁵

Embora estes indicadores reflitam uma dinâmica positiva da economia portuguesa, subsistem desafios estruturais significativos, especialmente no que se refere à produtividade e ao nível de endividamento. Apesar de os colaboradores portugueses trabalharem sistematicamente mais horas por ano do que a média, em países membros da OCDE e muitos outros países europeus, o PIB por hora trabalhada é muito inferior, tendo rondado os 26 euros, em 2014, ou seja, quase metade dos 42 euros que constituem a média europeia.⁶ Embora os níveis de produtividade tenham melhorado em Portugal, ao longo das duas últimas décadas; os ganhos ficaram em geral alinhados com aqueles observados noutros países.

A dívida total é outro desafio enfrentado pelo País. Embora tenha decrescido nos últimos anos, prevê-se que a dívida pública e privada total, em 2015, corresponda a 277 por cento do PIB: um dos rácios mais elevados da Europa, incluindo os de países também afetados pela crise, tais como a Grécia, a Itália e a Espanha. A dívida das empresas, por si só, é responsável por cerca de metade deste número.

5 IGNIOS; "Observatório de Insolvências, Novas Constituições e Créditos Vencidos", junho de 2015; Banco de Portugal; Pordata.

6 Média europeia considera apenas países da zona Euro. OCDE.

A previsão de dívida pública, em 2015, é de 126 por cento do PIB, um valor inferior aos 130 por cento de 2014, mas ainda situado entre os mais elevados da Europa.⁷

Influenciando também negativamente o progresso económico, o investimento na economia caiu significativamente desde 2008. A formação bruta de capital fixo em Portugal caiu de cerca de 23 por cento do PIB em 2008 para cerca de 15 por cento em 2014. E apesar de o investimento direto estrangeiro se apresentar relativamente elevado, com fluxos de entrada, na primeira metade de 2015, de 5,9 mil milhões de euros, face a 4,6 mil milhões investidos na totalidade de 2014, mais de 90 por cento do investimento é feito em setores não transacionáveis — tais como o dos serviços de informação e comunicação, das atividades financeiras e seguros, e da construção — com menor capacidade de exportação.⁸

Embora os dados sugiram uma recuperação promissora, também revelam claras fragilidades. Encontrar pontos de convergência que permitam fortalecer e sustentar o crescimento afastaria alguma da incerteza.

⁷ Datastream; IMF.

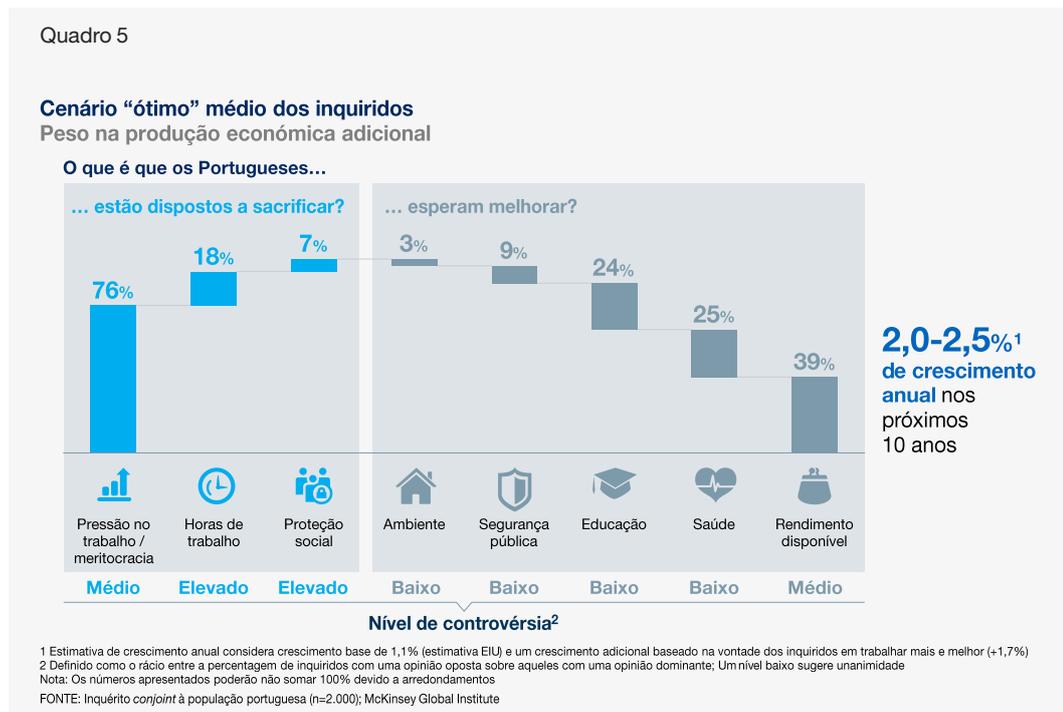
⁸ AMECO da CE; OCDE; Banco de Portugal.



III. Um cenário de consenso para um crescimento acelerado

O estudo e a análise *conjoint* de respostas dos inquiridos portugueses, realizados pela McKinsey, permitiram desenvolver perspetivas sobre os sacrifícios que seriam aceitáveis para os inquiridos, e as melhorias que mais valorizavam como contrapartida. Com base no cenário ótimo para cada inquirido, podemos analisar um cenário “médio” que maximiza o bem-estar global do País, na perspetiva dos inquiridos. Apesar de o grau de consenso variar entre atributos, o cenário global é aquele que reflete as preferências médias dos inquiridos que resultam dos cenários ótimos individuais.

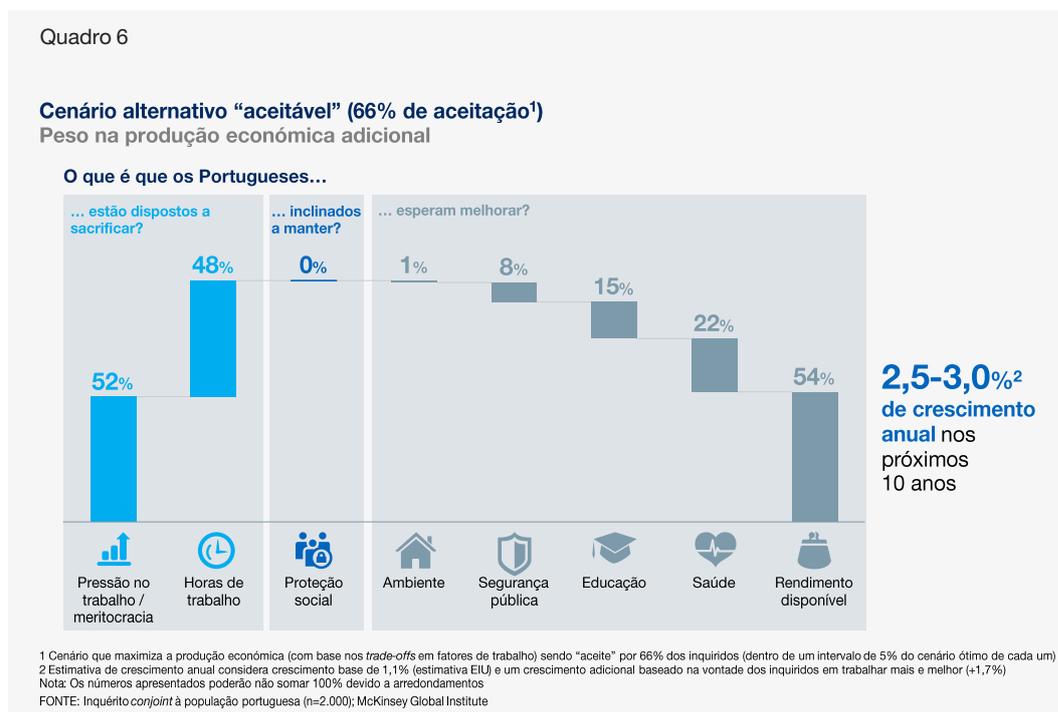
Este cenário sugere uma disponibilidade da população para aceitar sacrifícios no que respeita ao esforço e pressão no trabalho e às horas trabalhadas, e alguma predisposição para reduzir a proteção social, em troca da melhorias nos restantes cinco atributos (Quadro 5). Os compromissos revelados no cenário de consenso poderiam elevar o crescimento anual do PIB para níveis de 2,0 a 2,5 por cento, ao longo da próxima década: aproximadamente o dobro da taxa de crescimento projetada pela EIU.



No cenário de consenso, 76 por cento da produção económica adicional resultariam de uma maior produtividade, decorrente da aceitação de uma meritocracia acrescida e de um maior esforço e pressão sobre o desempenho individual; e 18 por cento resultariam de um acréscimo das horas de trabalho. Os restantes 7 por cento resultariam de uma ligeira redução do nível de proteção social, que libertaria recursos para outras áreas. Entre os inquiridos, uns impressionantes 91 por cento declararam estar dispostos a sacrificar o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, em prol de outros benefícios.

Com o objetivo de determinar o consenso entre os inquiridos quanto a determinado *trade-off*, foi analisado o “nível de controvérsia” em cada atributo: o rácio entre o número de inquiridos que tiveram uma opinião contrária à dominante, e o número dos que a apoiam. Um nível reduzido de controvérsia sugere uma quase unanimidade.⁹ As alterações a nível do esforço e pressão no trabalho / meritocracia e rendimento disponível foram um pouco mais controversas do que as melhorias na saúde, na educação, na segurança pública e no ambiente, enquanto as alterações a nível do número de horas de trabalho e da proteção social, especialmente da segunda, foram as mais controversas.

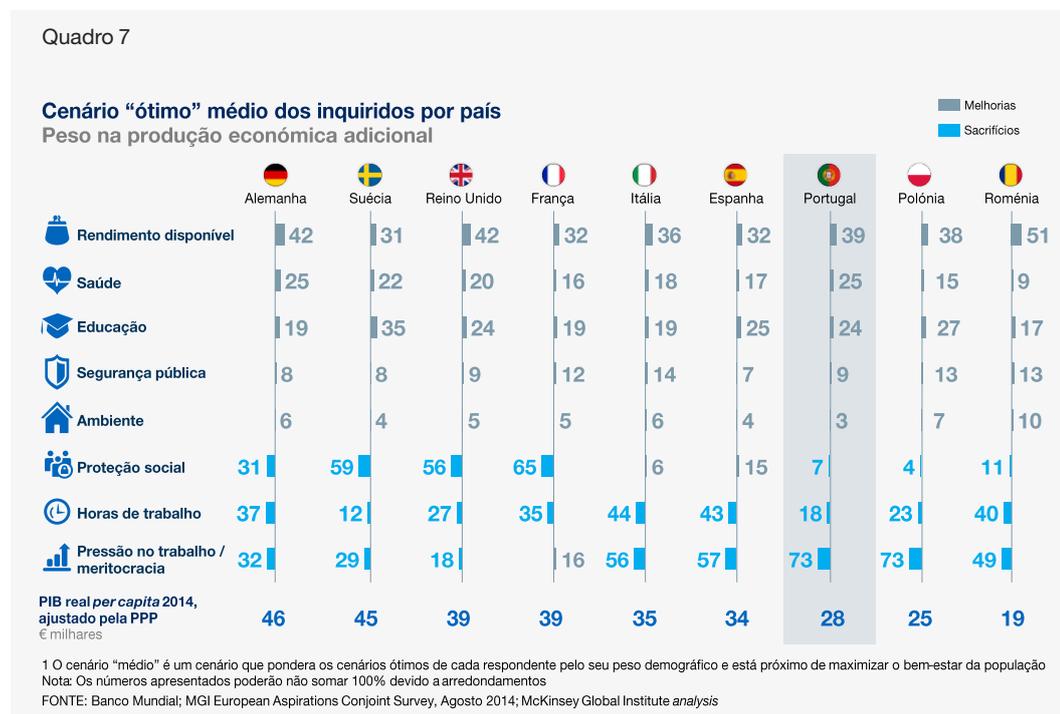
Na prática, existem mais de 50.000 combinações de cenários possíveis. Embora o cenário de consenso represente uma média dos cenários ótimos dos inquiridos (ponderada pelo seu peso demográfico), refletindo as preferências médias da população como um todo, existem cenários alternativos que permitem “agradar” uma fatia maioritária da população. Neste contexto, importa também evidenciar outro cenário que teria o total apoio de cerca de dois terços dos inquiridos — um nível que poderia torná-lo politicamente viável (Quadro 6). Neste cenário, o crescimento médio anual do PIB alcançaria os 2,5 a 3,0 por cento, mas alguns inquiridos portugueses — o restante um terço da população — ficariam significativamente menos satisfeitos com este cenário, o que reduziria o nível de bem-estar global da população face ao cenário de consenso analisado.



9 O nível de controvérsia pode ser superior a 1 se, por exemplo, um maior número de inquiridos favorecer uma pequena mudança numa direção (por exemplo, um nível de proteção social ligeiramente mais elevado), mas a mudança na direção contrária for considerada dominante, porque os que desejam uma mudança nesta direção podem querer uma maior mudança (um nível de proteção social muito inferior).

Neste cenário de maior crescimento — 2,5 a 3,0 por ano —, o aumento das horas de trabalho contribuiria para 48 por cento da produção adicional, uma percentagem maior face ao cenário de consenso, enquanto o aumento de esforço e pressão no trabalho seria responsável por 52 por cento. A proteção social não sofre alteração. A maior parte do *output* económico adicional, 54 por cento, seria orientado a proporcionar um maior rendimento disponível. Neste cenário, uma percentagem relativamente elevada dos inquiridos revela disponibilidade para trabalhar mais tempo e de forma mais produtiva do que no cenário de consenso médio, facto que se deve principalmente a uma maior vontade de aumentar o rendimento disponível. Outros atributos são também melhorados, mesmo que aumente a importância relativa de uma educação melhor, e se reduza a do ambiente.

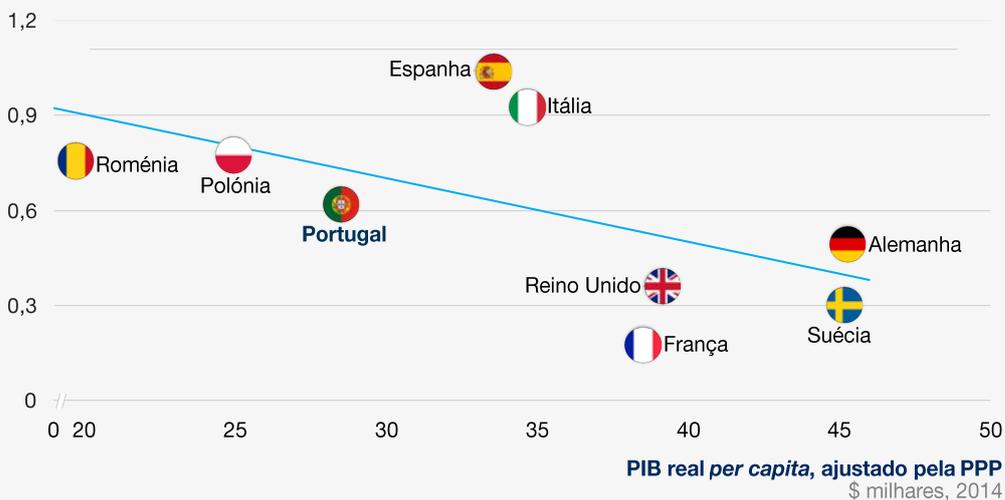
Comparando o cenário de consenso em Portugal com o de outros países europeus estudados, as preferências dos portugueses estão em geral alinhadas com as de inquiridos de países com menor rendimento *per capita* (Quadro 7). De um modo geral, os inquiridos destes países declararam estar mais disponíveis para sacrificar o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional (Quadro 8), enquanto os inquiridos de países mais ricos mostraram maior disponibilidade para abdicar de proteção social. Em todo o espectro económico, os inquiridos da maioria dos países apresentam opiniões mais alinhadas em relação aos outros atributos que pretendiam melhorar.



Quadro 8

Predisposição para sacrificar o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional¹

Nível de sacrifício (escala de 0-2)



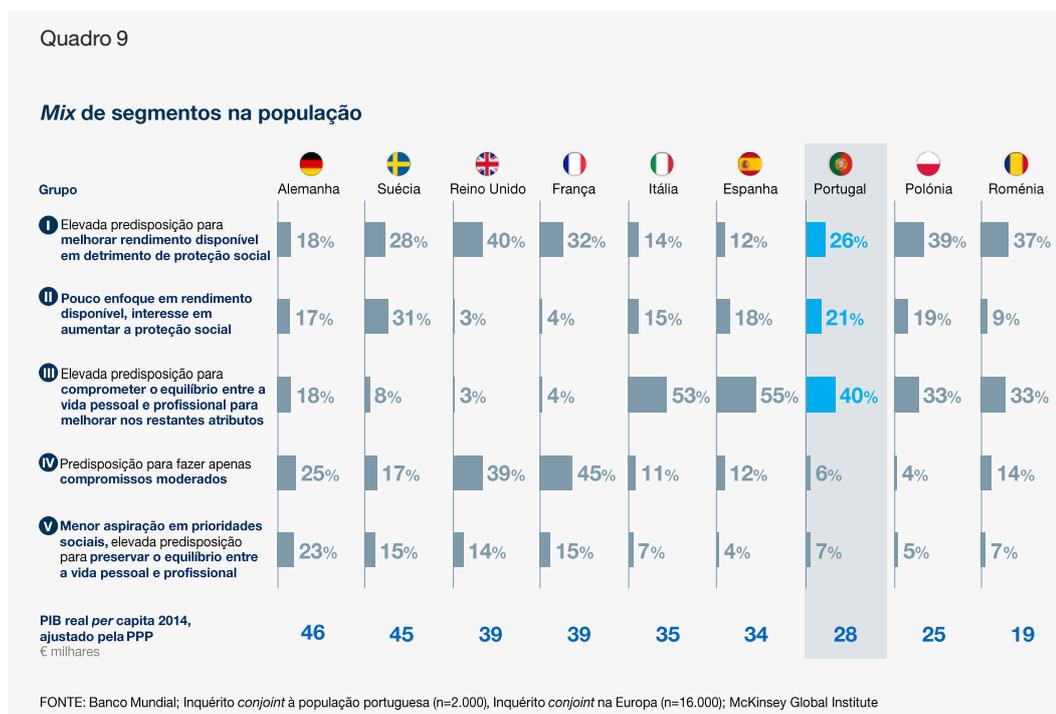
¹ Calculado como a média das preferências dos inquiridos por horas de trabalho e pressão no trabalho / meritocracia
 FONTE: Banco Mundial; MGI European Aspirations Conjoint Survey, Agosto 2014; McKinsey Global Institute analysis

A predisposição para aceitar sacrifícios no equilíbrio entre a vida pessoal e profissional — considerando a média da ambição revelada entre horas de trabalho e pressão no trabalho — parece estar correlacionada com o PIB *per capita* do país. Inquiridos de países como a França, a Alemanha, ou a Suécia, por exemplo, revelaram estar menos dispostos a fazer este *trade-off* face aos restantes inquiridos.

Entre os países de menor rendimento analisados, os inquiridos portugueses revelaram-se menos disponíveis para contribuir para o *output* económico adicional através do aumento das horas de trabalho. No cenário de consenso, as horas de trabalho extra contribuiriam em 18 por cento para o *output* económico adicional em Portugal, cerca de metade da média no estudo europeu. Esta resistência a trabalharem mais deve-se provavelmente ao facto de os colaboradores portugueses já trabalharem mais horas do que a maioria dos outros países europeus.

Por outro lado, os inquiridos portugueses, tal como os seus homólogos polacos, parecem mais disponíveis, face à maioria dos restantes inquiridos, para melhorarem o seu desempenho, expressado pela predisposição para uma maior pressão por desempenho no trabalho. O contributo para o crescimento económico adicional associado a este atributo, no cenário de consenso português, resultaria em mais do dobro da produção económica adicional do que na média europeia do estudo.

A análise observou também segmentos de população com conceitos de um futuro ideal notoriamente diferentes. Nesta medida, a população europeia foi dividida com base nos respetivos compromissos pretendidos, exercício que revelou cinco grandes segmentos (Quadro 9).



Destes cinco segmentos, destacam-se apenas três em Portugal, representando no seu todo 87 por cento da população; por dimensão:

- *Segmento III: Elevada predisposição para comprometer o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional para melhorar nos restantes atributos (incluindo rendimento disponível e proteção social).* Este segmento é composto por cerca de 40 por cento dos inquiridos portugueses, em comparação com uma média de 26 por cento nos de outros países europeus estudados. O cenário considerado ótimo por este segmento poderia resultar num crescimento anual do PIB, em Portugal, de 2,5 a 3,0 por cento, dada a disponibilidade, acima da média, para ser mais produtivo e trabalhar mais horas. O *output* adicional que seria gerado empregar-se-ia na melhoria de todos os outros atributos, especialmente no rendimento disponível e na proteção social. A probabilidade de pertencer a este segmento revelou-se maior entre inquiridos com uma ou várias das seguintes condições: menos de 60 anos, rendimentos superiores, e mais habilitações.

- *Segmento I: Elevada predisposição para melhorar o rendimento disponível em detrimento da proteção social.* Cerca de 26 por cento dos inquiridos portugueses revelaram pertencer a este segmento, a par da média dos outros países envolvidos no estudo. O cenário considerado ótimo por este grupo poderia representar um crescimento anual de 1,5 a 2,0 por cento, ao longo dos próximos dez anos. Este grupo de inquiridos afirmou estar mais disponível para sacrificar a proteção social e melhorar a produtividade, mas trabalhando menos horas adicionais face à média dos inquiridos. Este segmento mostrou-se também menos interessado em melhorar outros atributos, embora aceitasse um aumento do rendimento disponível inferior à média. A probabilidade de pertencer a este segmento revelou-se maior entre inquiridos com uma ou várias das seguintes condições: menos de 40 anos, profissionalmente ativos e com baixo rendimento.

- *Segmento II: Pouco enfoque em rendimento disponível, interesse em aumentar a proteção social.* Este segmento inclui cerca de 21 por cento dos inquiridos portugueses, representando apenas 15 por cento no conjunto do estudo europeu, e o cenário considerado ótimo por este segmento também poderia resultar num crescimento anual na ordem de 1,5 a 2,0 por cento ao longo da próxima década. A probabilidade de pertencer a este segmento foi maior entre inquiridos com uma ou várias das seguintes condições: reformados (especialmente fora das cidades de Lisboa e do Porto), com mais de 55 anos e com menor nível de educação.

Dois outros segmentos mostraram ter uma menor predominância em Portugal, embora tivessem demonstrado maior peso em países europeus com rendimentos superiores. O primeiro — constituído por pessoas disponíveis para fazer apenas compromissos moderados — foi especialmente predominante em França e no Reino Unido; enquanto o segundo, que expressava uma forte intenção de preservar o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, revelou ter um peso elevado em França, na Alemanha, na Suécia e no Reino Unido. A representatividade reduzida destes segmentos em Portugal sugere que os inquiridos revelaram-se muito mais disponíveis para mudar o *status quo* em troca do aumento da riqueza individual e comum.



Beba-Chiado

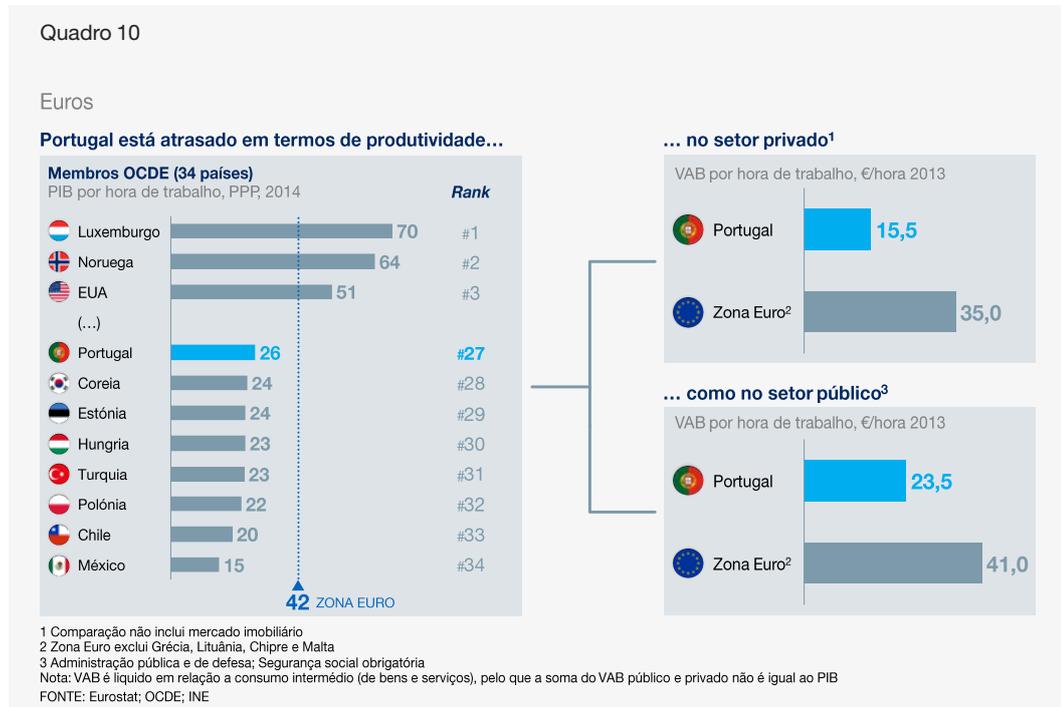
IV. Três áreas a comprometer suscitam debate

O cenário de consenso revela que os inquiridos portugueses estão disponíveis para aceitar maior pressão no sentido de melhorarem o desempenho no trabalho, para trabalhar mais horas e para abdicar de alguma proteção social, de forma a aumentarem o seu bem-estar geral.

Esforço e pressão por desempenho no trabalho e aumento da meritocracia

O estudo e a análise *conjoint* realizados pela McKinsey revelam que os inquiridos em Portugal estão mais disponíveis do que os de outros países envolvidos no estudo para contribuir para um crescimento adicional, sobretudo através do desempenho no trabalho. Globalmente, 76 por cento dos ganhos económicos oferecidos pelo cenário de consenso resultariam de uma maior produtividade, originada por uma maior pressão para melhorar o seu desempenho, incluindo incentivos positivos e negativos. A Polónia surgiu em segundo lugar, com 73 por cento, seguida da Espanha, com 57 por cento.

A produtividade tem sido, desde há muito tempo, um desafio para o desenvolvimento da economia portuguesa. Entre os 34 membros da OCDE, Portugal surgiu em 27.º no que respeita ao PIB por hora trabalhada, em 2014. Tanto no setor público como no privado, o PIB por hora trabalhada correspondeu a cerca de metade da média da Zona Euro (Quadro 10). Um relatório da OCDE concluiu que, com a exceção das *utilities*, o valor acrescentado por hora de trabalho na maioria dos setores em Portugal, em 2013, foi também mais baixo do que o *benchmark* da Zona Euro.



A produtividade do setor público em Portugal está também aquém da métrica correspondente no resto da Europa. Os salários no setor público em Portugal corresponderam a cerca de 12 por cento do PIB, em 2014, ficando portanto acima da média de 10 por cento da UE, parcialmente em consequência de os salários públicos serem, em média, mais elevados do que os do setor privado. Embora o *gap* entre os salários médios nos setores público e privado, em Portugal, tenha vindo a cair, desde 2006, continua a ser um dos maiores

na União Europeia. Em 2006, os salários públicos anuais em Portugal eram, em média, 73 por cento mais elevados do que os salários privados, tendo o *gap* reduzido para 49 por cento, em 2013. Em contraste, os salários públicos eram 29 por cento mais elevados do que os salários privados, em Espanha, em 2013; 15 por cento mais elevados na Grécia; e 11 por cento mais elevados na Alemanha; enquanto a média da UE estava perto da paridade.¹⁰

Desde 2012, Portugal decretou uma série de reformas no mercado laboral, desenhadas com o objetivo de aumentar a flexibilidade e promover a produtividade. Estas medidas incluíram desde reduzir o número de feriados até baixar os requisitos de indemnização, passando por reduzir as restrições nos contratos a prazo. Apesar destas evoluções, o mercado laboral enfrenta ainda desafios significativos, tendo a taxa de desemprego, em 2014, ficado nos 12 por cento, cinco pontos percentuais acima da média na OCDE. Adicionalmente, 21 por cento da força laboral portuguesa está em situação de emprego temporário, um número muito mais elevado do que a média de 14 por cento na UE, embora abaixo dos 24 por cento em Espanha.

Os jovens e os trabalhadores menos qualificados foram especialmente afetados nesta conjuntura laboral. Sessenta e três por cento dos trabalhadores com idades entre os 15 e os 24 anos estavam em situação de emprego temporário, em 2014, em comparação com uma média de 43 por cento na UE. A taxa de desemprego jovem em Portugal foi de 35 por cento, em 2014, mais do dobro da média da OCDE, de 16 por cento.

Dos desempregados em Portugal, 65 por cento encontram-se em situação de desemprego de longa duração, ou seja, sem emprego durante 12 ou mais meses. O desemprego de longa duração está concentrado principalmente em mão-de-obra pouco qualificada: quase dois terços dos desempregados de longa duração têm apenas instrução básica (face a 53 por cento no total de população ativa).¹¹

Neste contexto, o estudo da McKinsey revelou uma forte aceitação de reformas desenhadas para melhorar a produtividade laboral, desde que acompanhadas de melhorias noutras áreas. Embora o sentimento não fosse unânime, o cenário de consenso ofereceria 76 por cento do *output* económico adicional, através de um melhor desempenho laboral, em comparação com os 32 por cento do cenário de consenso europeu. Cerca de 71 por cento dos inquiridos em Portugal disseram estar dispostos a enfrentar maior pressão para alcançar um melhor desempenho no trabalho — com as respostas “mais” e “muito mais” a representar quase 50/50 — enquanto 27 por cento disseram querer manter a situação genericamente inalterada. Os últimos dois por cento afirmaram pretender uma menor carga no seu horário de trabalho.

É interessante notar que os inquiridos portugueses revelaram elevada predisposição para aceitar uma remuneração associada ao desempenho. Quando lhes foi perguntado especificamente, 74 por cento disseram que uma componente variável dos salários deveria refletir o desempenho do trabalhador, em comparação com uma média de 64 por cento nos outros países europeus abrangidos pelo estudo. Atualmente, em Portugal, apenas 36 por cento dos empregos têm um sistema de remuneração baseado em desempenho.¹²

10 Eurostat, European Union Structure of Earnings Survey; INE; OCDE; Gabinete estatístico federal alemão.

11 OCDE; Pordata.

12 *Workforce Performance*, junho 2013; Kelly Global Workforce Index

O estudo revelou igualmente a vontade de melhorar a produtividade do setor público e a qualidade geral dos serviços públicos. Os inquiridos afirmaram pretender que os serviços públicos reduzissem os custos através do aumento da eficiência e da produtividade, bem como da simplificação da estrutura do setor público (Quadro 11). É importante notar que os funcionários públicos e os inquiridos em geral mostraram-se genericamente alinhados em relação à resposta a estas questões.¹³ A exceção relevante centrou-se nas melhores condições de trabalho para funcionários públicos, incluindo aumentos salariais, cujo apoio foi três vezes superior entre os funcionários públicos.



No entanto, os funcionários públicos e a generalidade dos inquiridos, neste estudo, divergiram quanto ao alinhamento das condições laborais do setor público, por exemplo salários, com as do setor privado. Três quartos dos inquiridos concordaram com a padronização das condições de trabalho entre os setores público e privado, sendo esta opinião, por outro lado, partilhada por 53 por cento dos funcionários públicos.

Os inquiridos portugueses deram provas adicionais de estarem prontos a aceitar um nível mais elevado de remuneração com base no desempenho, com um número crescente a afirmar estar a planear tornar-se empreendedor. No estudo de 2015, 45 por cento disseram já terem planos para se tornarem empreendedores ou terem considerado fazê-lo nos próximos cinco anos, comparativamente com os 25 por cento resultantes de um estudo similar realizado em 2005. Os inquiridos com espírito empreendedor tendem a ter menos de 45 anos e mais habilitações.

¹³ Os funcionários públicos constituem um grupo forçado na amostra do estudo, de modo a garantir que o grupo tivesse suficiente significado estatístico. As respostas foram ponderadas de modo a equipararem-se à demografia do País. No entanto, na análise individual dos resultados deste grupo, as respostas não foram ponderadas.

Horas de trabalho

Os inquiridos portugueses, por outro lado, mostraram-se menos interessados em trabalhar mais horas que os seus homólogos europeus, possivelmente porque já trabalham mais do que a maioria. Em 2014, os trabalhadores portugueses trabalharam, em média, 39 horas por semana, cerca de 10 por cento mais do que a média da UE e cerca de 10 horas mais do que os trabalhadores alemães. Adicionalmente, quase 10 por cento dos trabalhadores portugueses trabalhou, em média, mais de 50 horas por semana, quase o dobro da média da UE.¹⁴

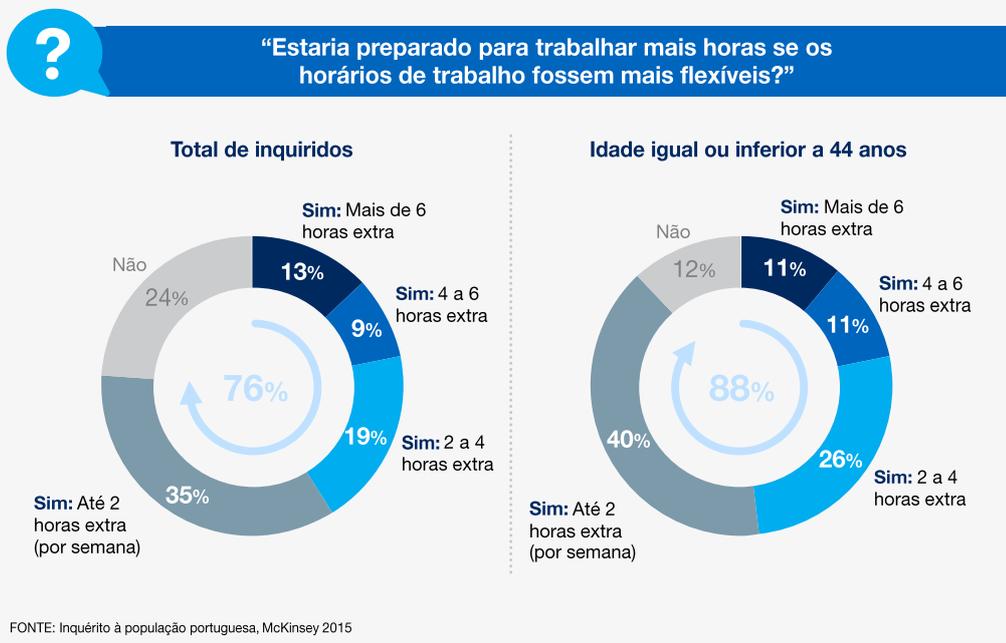
As horas de trabalho foram um dos atributos mais controversos do estudo. Um total de 44 por cento dos inquiridos preferiu trabalhar mais horas: 7 por cento indicaram estar disponíveis para trabalhar 20 por cento mais (horas), e 37 por cento disseram estar disponíveis para trabalhar 10 por cento mais (horas). Trinta e três por cento declararam não pretender nenhuma alteração, e 23 por cento disseram querer trabalhar menos horas. Os funcionários públicos e os inquiridos com mais habilitações revelaram maior propensão do que a média para apoiar um aumento das horas de trabalho.

O cenário de consenso revelou uma disponibilidade, em Portugal, para a aceitação de um ligeiro aumento das horas de trabalho — cerca de uma hora extra por semana —, o que contribuiria com cerca de 18 por cento para o *output* económico adicional neste cenário, face a uma contribuição de 37 por cento, no consenso europeu alargado.

Adicionalmente, os inquiridos portugueses estariam disponíveis para trabalhar mais horas, se lhes fosse dada maior flexibilidade no horário de trabalho. Globalmente, 76 por cento dos inquiridos afirmaram que trabalhariam mais horas, em troca de maior flexibilidade, com 41 por cento a indicar que estariam disponíveis para trabalhar mais de duas horas extra por semana. Os trabalhadores com menos de 44 anos revelaram maior probabilidade de apoiar a opção de trabalhar mais horas em troca de um horário flexível; 88 por cento declararam estar a favor da ideia, em comparação com 67 por cento dos inquiridos mais velhos (Quadro 12).

14 OCDE, *Better Life Index*, 2014.

Quadro 12



Ao considerar a possibilidade de aumentar o número de horas de trabalho, a maioria dos inquiridos afirmou preferir uma semana de trabalho mais longa do que fazer outros sacrifícios. No total, 58 por cento afirmaram estar disponíveis para trabalhar mais horas por semana para aumentar o número total de horas de trabalho, por oposição aos 24 por cento que afirmaram preferir reduzir as férias, e aos 18 por cento que declararam aceitar uma idade de reforma mais elevada.

Proteção social

Tal como na maioria dos restantes mercados de menor rendimento na UE, os inquiridos portugueses revelaram disponibilidade para sacrificar uma pequena parte da proteção social, e libertar recursos para outros fins. Esta medida é, no entanto, especialmente controversa, havendo um número significativo de inquiridos de ambos os lados da questão.

O peso das pensões no PIB português é ligeiramente superior à média da UE. Em 2012, a despesa pública com pensões correspondeu a 15 por cento do PIB, em contraste com a média de 13 por cento na UE. Em comparação com pares, o peso das pensões no PIB em Portugal foi ligeiramente superior ao verificado em Espanha e na Irlanda e inferior aos da Grécia e da Itália.¹⁵

Esta despesa acima da média é decorrente de valores de pensões relativamente elevados em comparação com os salários da população ativa. Em Portugal, onde cerca de 20 por cento da população adulta está reformada, os pagamentos de pensões por reforma e aposentação corresponderam, em média, a 41 por cento do salário médio, em comparação com 29 por cento na Alemanha e 28 por cento na Irlanda. As pensões relacionadas com a idade foram responsáveis, em Portugal, por cerca de 70 por cento da despesa pública com a proteção social.

15 Pordata.

Os subsídios de desemprego são responsáveis por cerca de 10 por cento da despesa pública com a proteção social, sendo também mais elevados do que a média na UE em relação aos salários nacionais. Em Portugal, os subsídios médios de desemprego para os que estão ativamente à procura de trabalho representaram 19 por cento do salário médio, em 2012, em contraste com os 17 por cento, em Espanha, e os 16 por cento na Irlanda. A Grécia, mais generosa, concedia subsídios de desemprego que correspondiam a 22 por cento do salário médio.

Embora as pensões em Portugal sejam mais elevadas, quando comparadas com os salários médios, os pagamentos absolutos médios de pensões, em 2012, ajustados à paridade do poder de compra, foram inferiores em 9 por cento face à média da UE. Registou-se também maior desigualdade de rendimentos entre pensionistas. Em Portugal, os 20 por cento de detentores de maiores rendimentos com mais de 65 anos tinham rendimentos quase cinco vezes superiores aos 20 por cento de menores rendimentos, em 2013. Em média, na União Europeia, os reformados com maiores rendimentos recebiam cerca de quatro vezes mais do que os reformados com menores rendimentos.

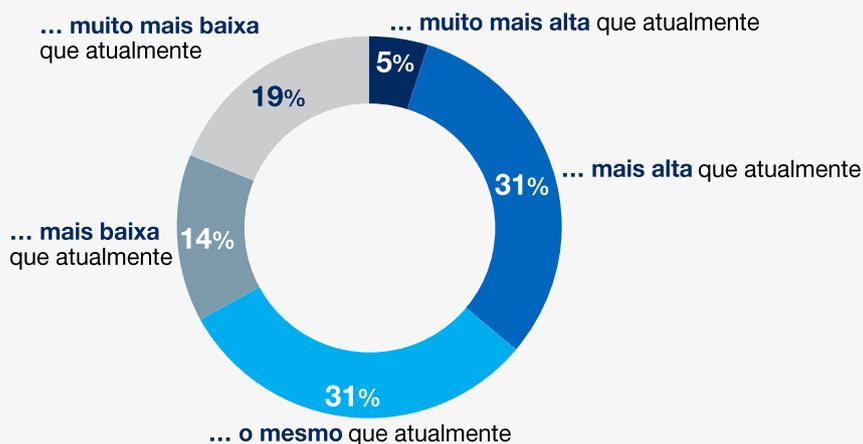
Adicionalmente, tal como noutros países com populações envelhecidas, as características demográficas de Portugal colocam um desafio estrutural que irá aumentar progressivamente a pressão sobre o sistema de proteção social do País. A mão-de-obra ativa está a diminuir, enquanto o número de pensionistas está a aumentar. Entre 2002 e 2014, a proporção da população ativa empregada em Portugal caiu de 48 por cento da população para 43 por cento. No mesmo período, os pensionistas aumentaram de 16 por cento da população para 21 por cento, e os desempregados de 2 por cento para 7 por cento.¹⁶ Daqui resulta que menos pessoas estão a suportar os benefícios dados a um número crescente que os recebem.

Face a esta conjuntura, não surpreende que as opiniões sobre proteção social, em Portugal, tenham sido tão distintas. No estudo, os inquiridos repartiram-se de forma bastante equitativa entre os que afirmaram querer uma maior proteção social, os que não quiseram mudança nenhuma, e os que quiseram menos benefícios (Quadro 13). O cenário de consenso resultou num ligeiro sacrifício da proteção social, porque os que preferiram uma redução se inclinavam mais fortemente para uma grande mudança face ao *status quo* do que aqueles que favoreceram um aumento. No total, 36 por cento dos inquiridos revelou apetência para benefícios maiores, 31 por cento para nenhuma alteração e 33 por cento para benefícios inferiores, incluindo os 19 por cento que se mostraram disponíveis para aceitar benefícios muito inferiores.

¹⁶ Eurostat; Pordata.

Quadro 13

O nível de proteção social seria...
Peso da resposta nos inquiridos

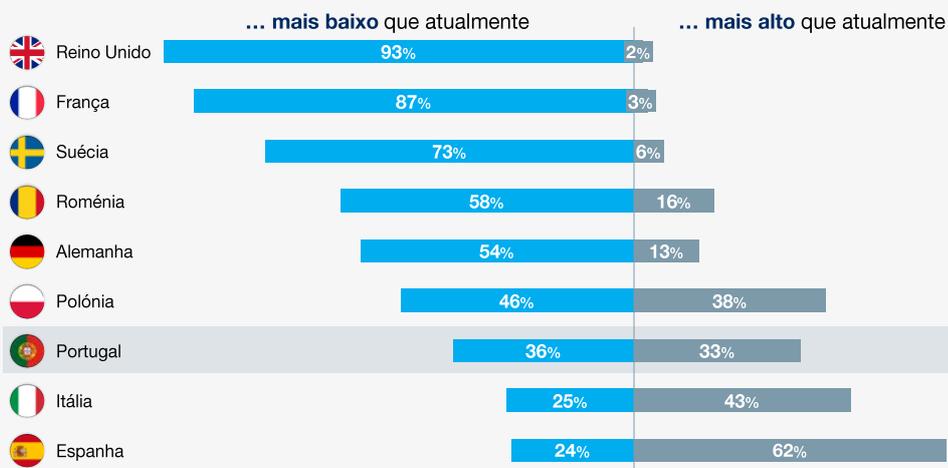


FONTE: Inquérito *conjoint* à população portuguesa (n=2.000); McKinsey Global Institute

No estudo, a tensão em torno da proteção social foi mais evidente entre os inquiridos de países com menores rendimentos, enquanto os inquiridos de países com rendimentos mais elevados revelaram uma inclinação muito maior para cortar benefícios. No Reino Unido e em França, por exemplo, cerca de 90 por cento dos inquiridos prefeririam cortar benefícios, enquanto esta opção dividiu os inquiridos em Portugal, em Itália, na Polónia e em Espanha (Quadro 14).

Quadro 14

O nível de proteção social é...
Peso da resposta nos inquiridos no que diz respeito à proteção social



Nota: Percentagens não somam 100% uma vez que as respostas dos inquiridos que preferem manter o nível de proteção social foram excluídas desta análise
FONTE: Inquérito *conjoint* à população portuguesa (n=2.000), Inquérito *conjoint* na Europa (n=16.000); McKinsey Global Institute

Observando detalhadamente as atitudes e preferências em Portugal, alguns segmentos expressaram maior disponibilidade do que outros para aceitar menos benefícios sociais. Recorrendo a testes de significância estatística, a idade pareceu ser o mais claro fator de previsão de atitudes relativamente à proteção social, seguindo-se o rendimento. Dos inquiridos com 49 anos de idade ou menos, 37 por cento afirmaram estar preparados para aceitar menor proteção social, em contraste com 29 por cento nos inquiridos mais velhos. É interessante que, em cada intervalo de idades, os inquiridos com rendimentos de 500 euros ou menos por mês mostraram-se mais disponíveis para aceitar menor proteção social do que os que dispunham de rendimento superior a 500 euros por mês. Este dado sugere que os inquiridos com menores rendimentos preferem ganhos noutros atributos, com impacto a curto prazo. No entanto, nenhum destes indicadores revelou-se especialmente forte a prever uma direção, o que novamente sublinha o nível de controvérsia associado à proteção social.

Entre os benefícios sociais, 55 por cento dos inquiridos classificaram os benefícios relacionados com a idade (pensões e reformas) como a sua primeira ou segunda prioridade (Quadro 15). É de notar que as pensões e reformas receberam ainda mais apoio por parte dos inquiridos com 37 anos de idade ou menos, tendo havido 67 por cento a incluí-la na lista das suas duas principais prioridades. Dos seis benefícios sociais considerados no estudo, a compensação em situação de desemprego foi colocada no quinto lugar das prioridades, tendo havido apenas 26 por cento dos inquiridos a considerá-la a sua primeira ou segunda prioridade.

Quadro 15



“Das várias contribuições financeiras que um contribuinte pode receber, quais considera serem as prioritárias?”

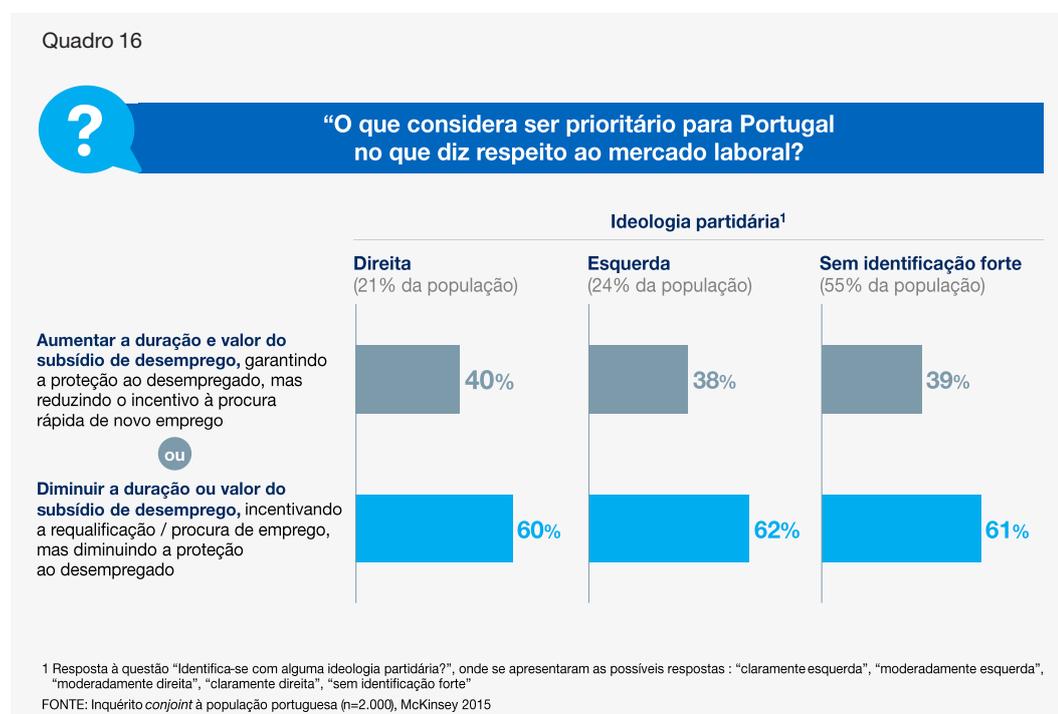
	Ranking por ordem de importância (1.ª mais importante)			Top 2 prioridades para os inquiridos ≤37 anos de idade
	1.ª ou 2.ª	3.ª ou 4.ª	5.ª ou 6.ª	
Envelhecimento (p.ex., reformas e pensões)	55%	13%	31%	67%
Filhos (p.ex., abono de família)	36%	25%	39%	33%
Incapacidade (p.ex., subsídio de bonificação por deficiência)	29%	42%	29%	26%
Doença (p.ex., seguro de saúde)	29%	38%	33%	23%
Desemprego (p.ex., subsídio de desemprego)	26%	45%	29%	27%
Viuvez	25%	36%	39%	24%

Nota: Os números apresentados poderão não somar 100% devido a arredondamentos
 FONTE: Inquérito *conjunto* à população portuguesa (n=2.000), McKinsey 2015

Apesar das pressões demográficas, o estudo revelou reduzida adesão a cortes nas pensões. Cerca de dois terços dos inquiridos afirmaram preferir aumentar as contribuições dos trabalhadores para o sistema de pensões e manter os atuais níveis de apoio a manter as contribuições dos trabalhadores nos níveis atuais e cortar nos pagamentos de pensões. Como seria de esperar, os pensionistas mostraram-se firmemente a favor de aumentar as contribuições dos trabalhadores, mas o estudo revelou que 63 por cento dos inquiridos

empregados também apoiam contribuições mais elevadas e pagamentos estáveis. Esta opinião mudou apenas ligeiramente entre inquiridos empregados com menos de 34 anos, tendo 55 por cento declarado que prefere manter as contribuições estáveis e reduzir os pagamentos de pensões.

Uma outra pergunta indicou que os inquiridos portugueses estarão dispostos a aceitar cortes nos subsídios de desemprego. Nesta questão foi solicitado aos inquiridos que optassem entre melhoria dos subsídios de desemprego em tempo e valor, garantindo a proteção em situação de desemprego, e redução dos subsídios em tempo e valor, aumentando o incentivo a encontrar emprego rapidamente. No total, 61 por cento dos inquiridos optaram por subsídios mais reduzidos. Quando segmentados por ideologia política, os resultados foram quase idênticos (Quadro 16).



Quando questionados sobre possíveis reformas para sustentar o sistema de proteção social português, 37 por cento dos inquiridos referiram, em primeira ou segunda escolha, o aumento das contribuições empresariais. Outras medidas, tais como a redução de benefícios, o aumento da idade da reforma e o aumento de outros impostos, foram indicados entre as duas primeiras prioridades por menos de 20 por cento dos inquiridos. Estes resultados parecem sublinhar a complexidade da reforma do sistema de proteção social português. As pensões correspondem a 70 por cento da despesa total com a proteção social e, num contexto de agravamento esperado deste encargo, os inquiridos portugueses parecem indisponíveis para ceder na provisão de pensões, sugerindo, alternativamente, que as empresas assumam responsabilidade crescente.



V. Cinco áreas de melhoria com apoio generalizado

Os inquiridos portugueses também revelaram ter ideias claras sobre aquilo que pretendem melhorar com o *output* económico adicional resultante dos seus potenciais sacrifícios. O estudo revelou maior unanimidade nestas áreas de melhoria do que na forma de distribuir sacrifícios. O cenário de consenso inclui melhorias em cinco atributos.

Rendimento disponível

No cenário de consenso, o rendimento disponível consome, de forma desproporcional face aos restantes atributos, a maior percentagem do *output* económico adicional gerado — 39 por cento.

Este resultado deverá estar relacionado com os níveis de rendimento em Portugal, que são relativamente reduzidos. O rendimento líquido anual médio no País foi de 9.147 euros em 2014; 45 por cento abaixo da média da UE e 57 por cento abaixo da média alemã. O poder de compra em Lisboa é muito inferior ao de outras capitais da Europa Ocidental; cerca de 25 por cento mais baixo do que em Madrid e Roma, e 32 por cento mais baixo do que em Londres.

A desigualdade de rendimentos tem vindo a decrescer em Portugal desde 2003, mas continua elevada face à maioria dos países europeus. Em Portugal, em 2013, aqueles que se encontravam entre os 20 por cento maior rendimento ganhavam seis vezes mais do que os que se situavam nos 20 por cento com menor rendimento, comparativamente com a média da UE, onde esta diferença é de cinco vezes. Os níveis de desigualdade são comparáveis aos da Grécia, Itália e Espanha.

A análise *conjoint* revelou que a predisposição para aumentar o rendimento disponível é moderadamente elevada em Portugal, embora os inquiridos se dividam quanto ao nível de aumento que pretendem. Setenta e um por cento afirmaram preferir o aumento do rendimento disponível, 18 por cento declararam preferir não fazer alterações e 11 por cento afirmaram estar dispostos a sacrificar rendimento disponível, em favor do investimento noutras áreas, da redução do esforço e pressão no trabalho ou do horário laboral. No estudo, 49 por cento dos inquiridos afirmou preferir um aumento de 20 por cento do rendimento disponível e 22 por cento optou por um aumento de 10 por cento, em troca de sacrifícios noutras áreas.

Uma análise mais aprofundada revelou que 77 por cento dos inquiridos com 44 anos ou menos preferiram ter rendimentos disponíveis mais elevados, valor comparável aos 71 por cento da amostra total. Os inquiridos com rendimentos mensais de 500 euros ou menos revelaram também maior probabilidade de optar por um aumento do rendimento disponível do que os inquiridos em geral.

Houve também mais inquiridos a afirmarem-se disponíveis para fazerem sacrifícios — por exemplo, trabalhar mais horas, reduzir os dias de férias, e adiar a reforma — com o objetivo de aumentarem o rendimento disponível, do que inquiridos a mostrarem-se dispostos a fazer os mesmos sacrifícios para obterem qualquer uma das outras nove opções apresentadas. Por exemplo, 71 por cento afirmaram que trabalhariam duas horas extra por semana para obterem maior rendimento, em contraste com os 59 por cento que o fariam para obterem pensões mais altas, com os 51 por cento que trabalhariam mais duas horas para obterem acesso a cuidados de saúde menos dispendiosos ou melhorados, e com os 49 por cento que o fariam para terem melhor educação.

Os inquiridos afirmaram que estariam, em geral, disponíveis para aceitarem mais imigrantes e para mudarem de emprego mais frequentemente, em troca de um aumento do rendimento disponível. Mais imigração poderia aumentar o número da população trabalhadora, contribuindo para o crescimento económico e para melhorias globais do rendimento individual disponível, ao passo que menos imigração reduziria os desafios da integração, mas comprometeria possíveis benefícios económicos.¹⁷ Quando foi solicitado que escolhessem entre mais ou menos imigração, 67 por cento dos inquiridos escolheram mais imigração, de modo a aumentar o rendimento disponível.

Do mesmo modo, na escolha entre ficar numa empresa mais tempo e mudar de empregador mais frequentemente, 56 por cento escolheu mudanças mais frequentes de emprego, desde que acompanhadas por um aumento do rendimento disponível. No entanto, os inquiridos também se inclinaram para a permanência na mesma cidade e para manter segurança laboral, em detrimento do rendimento disponível. Cinquenta e seis por cento dos inquiridos afirmaram preferir reduzir o seu rendimento disponível para poderem ficar na mesma cidade, e 61 por cento prefeririam ver reduzido o rendimento a abdicarem da segurança profissional.

Saúde

Uma saúde melhorada consumiria um quarto do *output* adicional no cenário de consenso. Os inquiridos portugueses deram prioridade à melhoria da saúde, com valores equiparáveis aos observados na Alemanha e mais elevados do que os dos inquiridos de qualquer outro país abrangido pelo estudo.

Desde a crise económica global de 2008, Portugal cortou a despesa com a saúde em 10 por cento. Em 2009, a despesa com a saúde em Portugal atingiu quase 11 por cento do PIB, de acordo com os dados do Banco Mundial. Até 2013, a despesa tinha caído para 9,7 por cento do PIB, ficando pouco abaixo da média da UE, 10,1 por cento. Em valores absolutos, a despesa em Portugal totalizou 19 mil milhões de euros em 2009 e 16,4 mil milhões de euros em 2013.¹⁸

Em geral, a posição de Portugal observada através dos indicadores-chave da saúde está alinhada, com as médias da UE. Por exemplo, a esperança de vida à nascença é de 81 anos, em comparação com a média de 80 anos na UE, sendo a mortalidade infantil cerca de 20 por cento inferior à média da UE. Adicionalmente, a percentagem da população com necessidades de saúde não satisfeitas, devido a problemas relacionados com o acesso à saúde, o preço, os tempos de espera, a distância e a disponibilidade, entre outros, está alinhada com a média da UE. A capacidade dos hospitais em Portugal continua abaixo da que existe na Alemanha e em França, mas a par das taxas de outros países europeus, como a Espanha e o Reino Unido.¹⁹

Os inquiridos responderam de forma quase unânime quanto ao seu desejo de melhorar a saúde. Noventa e cinco por cento afirmaram pretender melhorias, incluindo 79 por cento que revelaram pretender níveis “muito superiores” de cuidados de saúde. Apenas quatro por cento preferiram o *status quo*, e um por cento declarou que aceitaria standards inferiores.

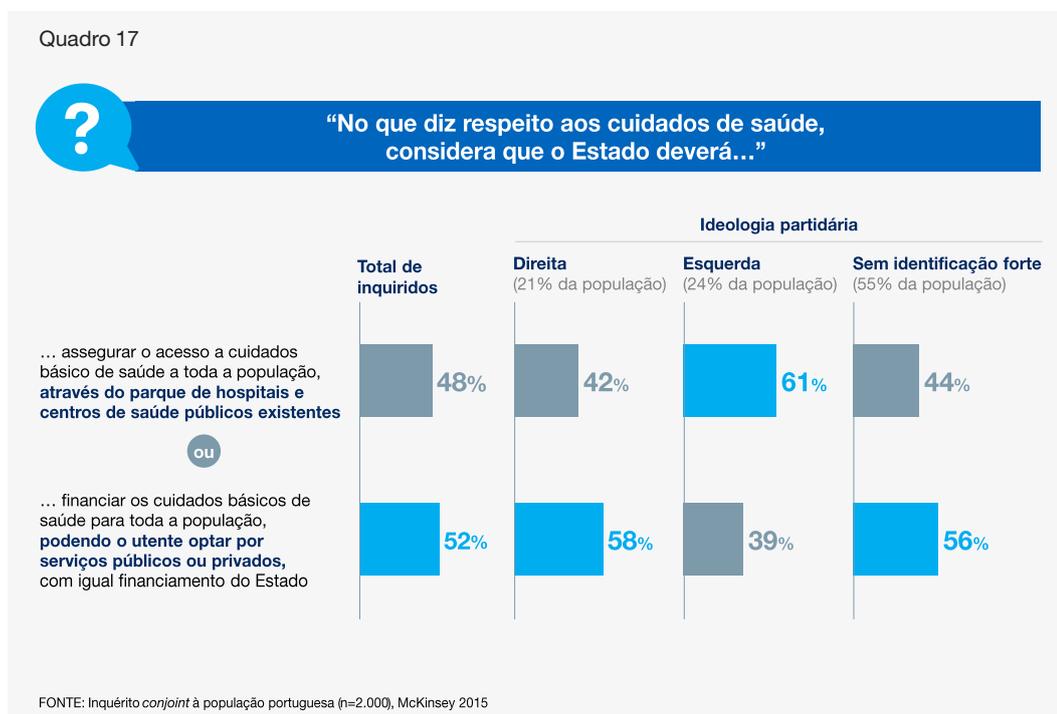
17 Por exemplo, um estudo de 2013 da Universidade Pantheon-Sorbonne em Paris concluiu que a imigração contribuiu para uma produtividade mais elevada e um maior crescimento económico na OCDE, entre 1986 e 2006.

18 Banco Mundial.

19 OMS; OCDE; Pordata; Eurostat.

Os inquiridos têm também ideias claras quanto às melhorias que gostariam de ver implementadas no sistema de saúde. Quando lhes foi solicitado que enumerassem as prioridades, 29 por cento incluíram menores tempos de espera entre as duas principais; e 23 por cento referiram uma melhor prestação de cuidados de longo prazo para os idosos, os doentes crónicos e as crianças. O estudo revelou um interesse muito menor dos inquiridos em melhores infraestruturas, em maior acessibilidade ou em custos mais reduzidos, tendo cada um destes esforços sido referido por apenas seis por cento da amostra como uma das duas principais prioridades.

O estudo também revelou que os inquiridos estão divididos na sua preferência por um financiamento estatal dos sistemas de saúde públicos e privados. Quando lhes foi solicitado que escolhessem entre o acesso a cuidados de saúde primários através de serviços públicos financiados pelo Estado, sem qualquer financiamento público de programas privados, e o apoio estatal a fornecedores públicos e privados num ambiente competitivo, 52 por cento optaram pelo apoio do Estado tanto a serviços públicos quanto a privados, enquanto 48 por cento afirmaram preferir que o financiamento público fosse exclusivamente utilizado em serviços públicos (Quadro 17). Os inquiridos de direita favoreceram o apoio ao sistema misto de prestadores públicos e privados, enquanto os inquiridos de esquerda se inclinaram mais para o apoio exclusivo a prestadores públicos. Cinquenta e seis por cento dos inquiridos sem uma forte ideologia favoreceu o apoio ao sistema misto de prestadores privados e públicos.

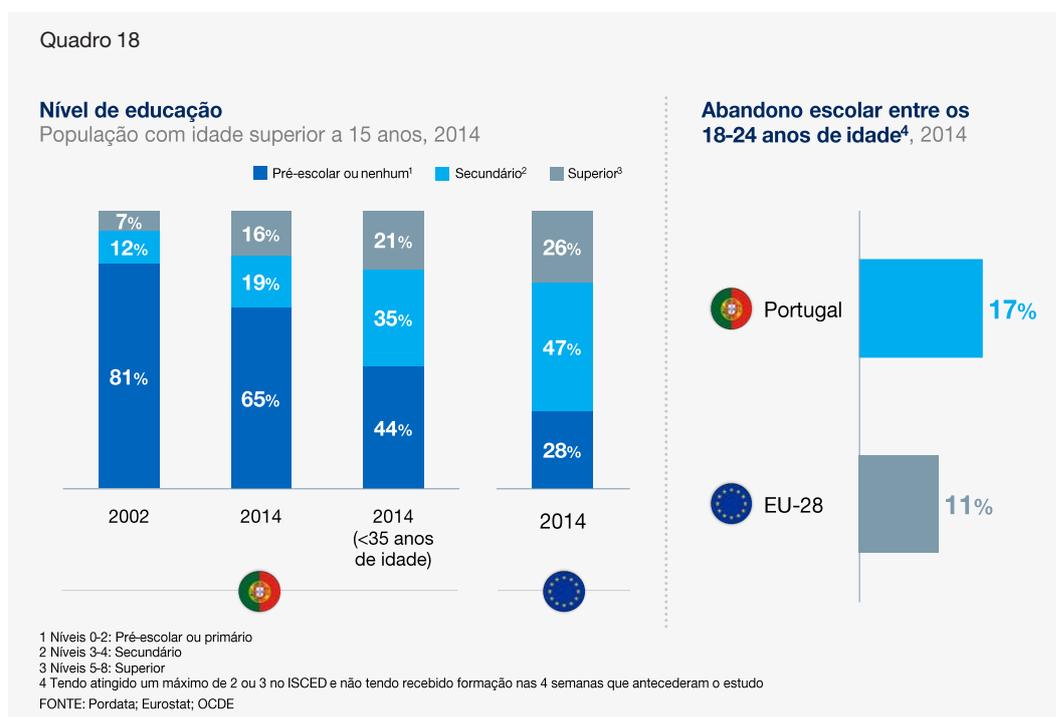


Educação

Os inquiridos no estudo da McKinsey reconheceram que a educação continua a ser um desafio em Portugal. O cenário de consenso alocou 24 por cento do *output* económico adicional à melhoria do sistema de educação do País.

Apesar dos avanços recentes, os indicadores da educação em Portugal ainda estão aquém dos verificados na Europa. Por exemplo, embora a proporção da população com instrução apenas até ao nono ano tenha diminuído de 81 por cento, em 2002, para 65 por cento em 2014, continua muito acima da média europeia, 28 por cento.²⁰ Mais preocupante é o facto de 44 por cento da população portuguesa com 35 anos ou menos ter, no máximo, a instrução básica, o que significa que o *gap* se manterá por décadas.

Parte do problema reside na elevada taxa de abandono escolar em Portugal. Em 2014, 17 por cento das pessoas entre os 18 e os 24 anos de idade, em Portugal, tinham abandonado a escola ou um programa de formação, o que contrasta com a taxa de 11 por cento da UE. Nos testes mais recentes do Programa Internacional de Avaliação de Alunos, da OCDE, os alunos portugueses com 15 anos tiveram pontuações ligeiramente abaixo da média europeia em leitura, matemática e ciência (Quadro 18).

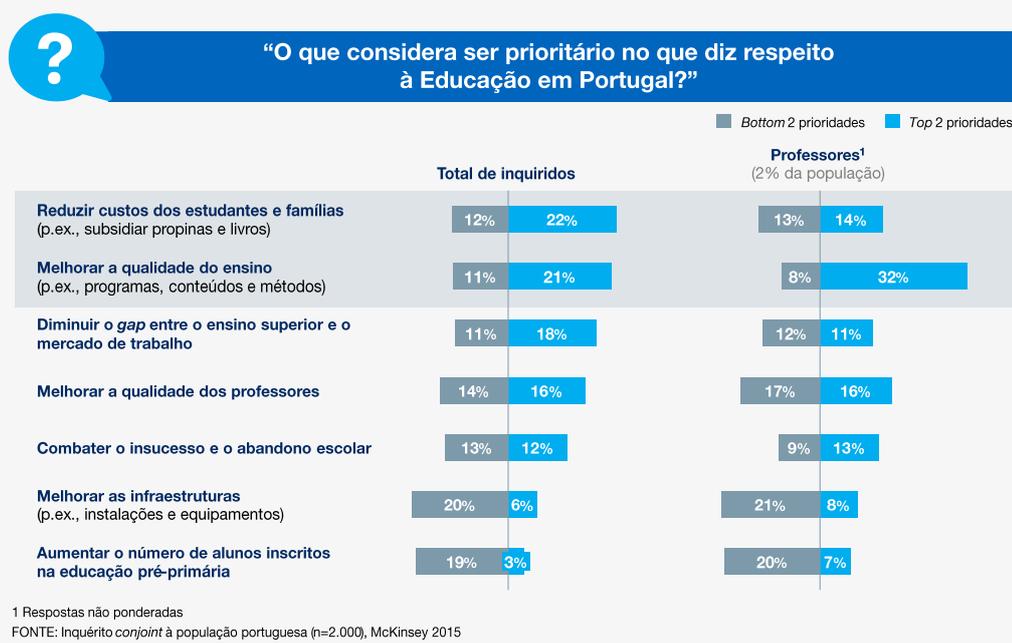


20 Pordata; Eurostat.

O estudo da McKinsey revelou que existe um forte apoio à melhoria da educação em Portugal. No total, 89 por cento dos inquiridos afirmaram apoiar uma melhor educação, enquanto apenas 6 por cento prefeririam que não houvesse alterações e 5 por cento estariam dispostos a aceitar uma educação de qualidade inferior.

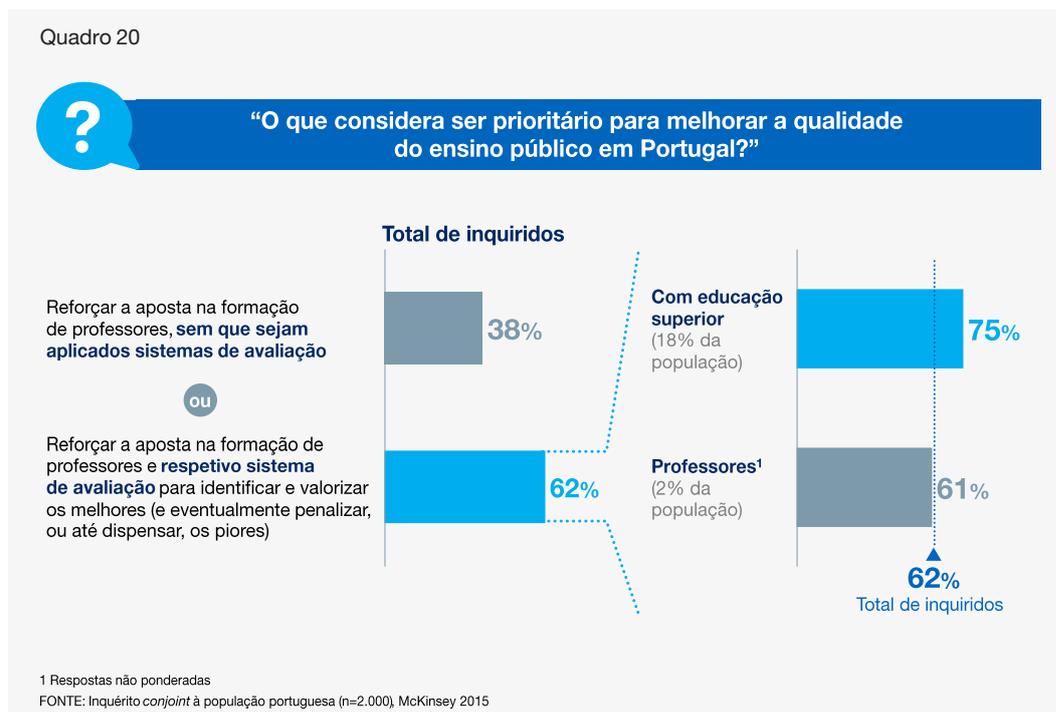
Uma análise aprofundada dos resultados revelou diferenças de atitudes e preferências entre os inquiridos em geral e os professores.²¹ As principais prioridades para os inquiridos em geral incidiram na redução dos custos para os estudantes e na melhoria da qualidade do ensino, em especial a nível dos programas, conteúdos e métodos. Ambas foram referidas como primeira ou segunda prioridade por cerca de 20 por cento dos inquiridos. Trinta e dois por cento dos professores que participaram no estudo, no entanto, deram um apoio muito superior à melhoria da qualidade do ensino, indicando-a como uma das duas principais prioridades. Por outro lado, a melhoria da qualidade dos professores aparece em segundo lugar na lista de principais prioridades entre os professores inquiridos. Entre as medidas que consideraram menos prioritárias encontram-se a melhoria das infraestruturas e o aumento do número de inscrições em programas pré-escolares (Quadro 19).

Quadro 19



21 Os professores foram um grupo forçado na amostra do estudo para garantir que o grupo tinha suficiente significância estatística. As respostas foram ponderadas para as equiparar à demografia do País, no entanto, ao analisar individualmente os resultados deste grupo, as respostas não foram ponderadas.

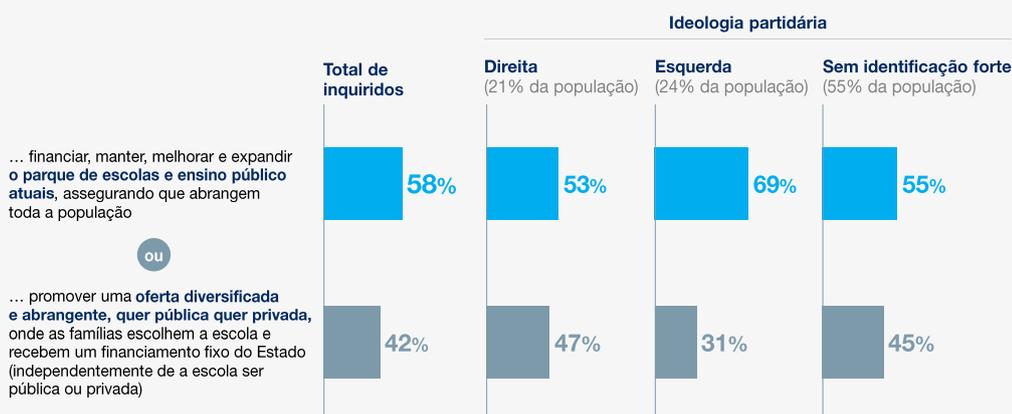
Em geral, tanto os professores quanto a população geral apoiam um sistema de avaliação dos professores que premeia aqueles com melhor desempenho e potencialmente penaliza e, nalguns casos, conduz ao despedimento dos professores com pior desempenho. Sessenta e dois por cento afirmaram preferir reforçar os programas de formação e os sistemas de avaliação correspondentes, enquanto 38 por cento favoreceram a ideia de reforçar os programas de formação sem qualquer avaliação (Quadro 20).



O estudo também concluiu que os inquiridos tendem a favorecer o enfoque do apoio estatal em escolas públicas, em detrimento de políticas que encorajem o financiamento estatal num *mix* de educação pública e privada. Globalmente, 58 por cento dos inquiridos apoiam o financiamento do Estado apenas ao sistema público de ensino, e 42 por cento favorecem uma abordagem diversificada na qual o Estado apoia as famílias, assegurando um financiamento fixo e permitindo-lhes decidir se querem utilizá-lo em escolas públicas ou privadas. Os inquiridos que se identificaram como sendo de esquerda afirmaram favorecer o apoio às escolas públicas com maior intensidade, mas mesmo entre os inquiridos de direita, a maioria apoia um enfoque no sistema público (Quadro 21).

Quadro 21

“Considera que o papel do Estado deverá ser o de...”

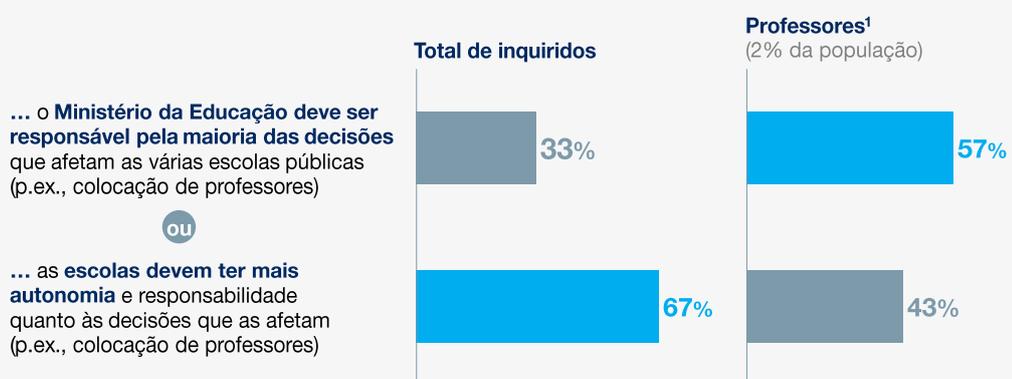


FONTE: Inquérito *conjoint* à população portuguesa (n=2.000), McKinsey 2015

Os inquiridos em geral e os professores divergem significativamente quanto ao grau de autonomia que as escolas públicas devem ter na tomada de decisões que as afetam diretamente, tais como a colocação de professores. Quando lhes foi solicitado que escolhessem entre autoridade centralizada e descentralizada, 67 por cento dos inquiridos do estudo afirmaram que as escolas devem ter mais autonomia, enquanto 57 por cento dos professores afirmaram que as decisões devem ser mais centralizadas no Ministério da Educação (Quadro 22).

Quadro 22

“Considera que...”



¹ Respostas não ponderadas

FONTE: Inquérito *conjoint* à população portuguesa (n=2.000), McKinsey 2015

Segurança pública

Os inquiridos foram também quase unânimes no apoio a níveis mais elevados de segurança pública. Embora o cenário de consenso tenha revelado uma forte vontade de melhoria, a implicação financeira é relativamente pequena, dado o reduzido custo económico deste atributo, em comparação com outros, uma vez que consome apenas nove por cento do *output* económico adicional gerado.

As métricas da segurança pública estão já relativamente alinhadas com o nível médio europeu. Por exemplo, em 2012, houve 1,2 homicídios por cada 100.000 habitantes em Portugal, ligeiramente acima da média europeia de 1,1 homicídios. Adicionalmente, em 2014, foram encarceradas cerca de 136 pessoas por cada 100.000 habitantes, em contraste com uma média de 121, na União Europeia.²²

Entre os inquiridos no estudo, 97 por cento revelaram-se a favor de um aumento da segurança pública, com dois em cada três a pretender um *standard* muito mais elevado. No entanto, quando lhes foi perguntado que áreas gostariam de melhorar em detrimento de 10 por cento do seu rendimento, apenas 17 por cento dos inquiridos escolheram melhorias na segurança pública, o que a colocou próximo da posição inferior das classificações.

Ambiente

A proteção do ambiente foi também largamente apoiada pelos inquiridos no estudo da McKinsey. No cenário de consenso, três por cento do *output* económico adicional seria utilizado para melhorar o ambiente. Tal como no caso da segurança pública, o desejo de mudança registado foi elevado, apesar de o impacto financeiro ser relativamente reduzido.

Em 2013, Portugal já se encontrava entre os líderes europeus no que se refere à proteção do ambiente, com, por exemplo, 26 por cento das necessidades energéticas a serem satisfeitas por fontes de energias renováveis, em comparação com os 12 por cento na Alemanha e com uma média de 15 por cento na União Europeia. As emissões de carbono estão entre as mais reduzidas da União Europeia. Em 2012, as emissões de dióxido de carbono foram de 4,8 toneladas métricas *per capita*, em contraste com uma média de 7,4 toneladas métricas, na UE, e de 10 toneladas métricas, ou mais, em muitos outros países.²³

Mesmo com estes níveis de sucesso, o estudo revelou um consenso alargado em relação ao favorecimento de uma maior proteção do ambiente. Noventa por cento dos inquiridos apoiaram melhorias, dominados por uma faixa de 78 por cento dos inquiridos, que afirmaram querer *standards* muito mais elevados. Apenas 9 por cento não quiseram qualquer mudança.

²² Banco Mundial; Eurostat.

²³ Eurostat.

Duas medidas ambientais destacaram-se por terem obtido um vasto apoio: a penalização de empresas poluentes destacou-se como primeira ou segunda prioridade para 34 por cento dos inquiridos; e o reforço da educação ambiental nas escolas revelou-se uma das duas principais prioridades para 23 por cento.

No entanto, o financiamento de esforços ambientais constituiu uma prioridade reduzida. Apenas 16 por cento dos inquiridos afirmaram estar dispostos a sacrificar 10 por cento do seu rendimento disponível para garantir menos poluição.



VI. Conclusão

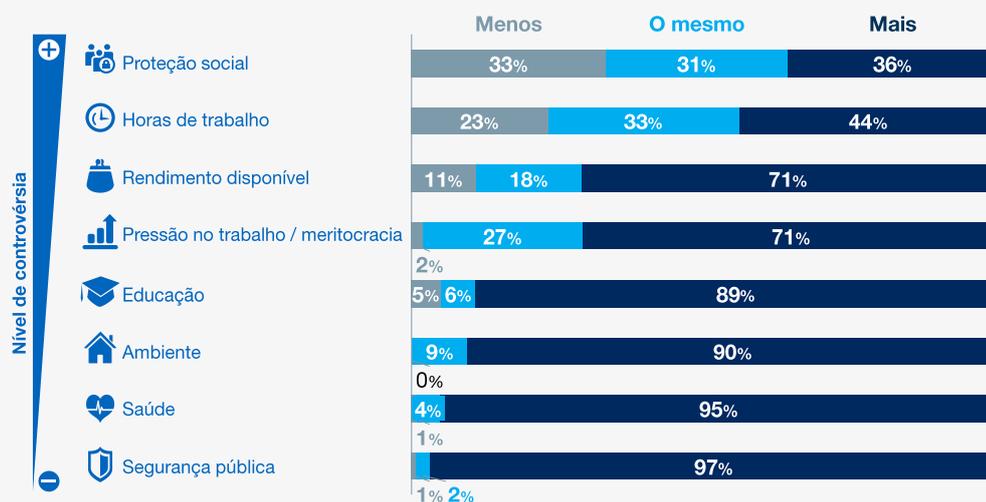
Os líderes portugueses enfrentam muitas decisões enquanto trabalham para sustentar e fortalecer a recuperação do País face à recente crise e procuram desenvolver um novo paradigma de crescimento. Inevitavelmente, terão de ser assumidos compromissos. Este estudo procura contribuir para esta discussão.

A análise dos resultados revela um maior consenso do que o atual debate público parece indicar. Em algumas áreas, os inquiridos expressaram preferências claras quanto aos sacrifícios que estão dispostos a fazer e às melhorias desejadas. Muitas atitudes e preferências revelaram-se quase unânimes e, mesmo nas áreas em que os inquiridos revelaram existir tensão, registou-se um alinhamento em torno de possíveis linhas de ação.

Em quatro áreas — saúde, educação, segurança pública e proteção ambiental — a grande maioria dos inquiridos (cerca de 90 por cento ou mais) revelou desejar melhorias (Quadro 23). As opiniões relativas aos níveis de pressão no trabalho / meritocracia e ao rendimento disponível também se revelaram bastante consensuais, com mais de 70 por cento a favorecer um aumento. As alterações nas horas de trabalho e no nível de proteção social revelaram o maior grau de desacordo. Embora muitos estivessem dispostos a trabalhar mais horas, um número significativo de inquiridos preferiu manter o *status quo* ou trabalhar menos horas, e os inquiridos dividiram-se quase equitativamente entre as três opções propostas para o nível de proteção social: maior, o mesmo ou menor.

Quadro 23

Peso da resposta nos inquiridos



Nota: Os números apresentados poderão não somar 100% devido a arredondamentos
 FONTE: Inquérito *conjunto* à população portuguesa (n=2.000), McKinsey 2015

Em resumo, as principais conclusões do estudo podem ser sintetizadas em nove pontos fundamentais:

Os inquiridos portugueses estão dispostos a trabalhar sob maior pressão, com compensações associadas à *performance*, e dispostos a trabalhar mais horas, a fim de melhorar o rendimento disponível e a qualidade da saúde e da educação

Realizámos um inquérito junto de 2.000 portugueses, representativos da população de Portugal com mais de 18 anos, para saber que compromissos estariam dispostos a assumir para melhorarem o seu bem-estar socioeconómico. Os inquiridos expressaram disponibilidade para (i) trabalharem sob maior pressão e de acordo com princípios de meritocracia, de modo a aumentar a produtividade; (ii) trabalharem mais horas; e (iii) prescindirem parcialmente da proteção social, com o objetivo de melhorar as outras cinco dimensões. Neste cenário, o aumento da produtividade laboral representaria 75 por cento do *output* económico adicional gerado; 18 por cento adicionais teriam origem nas horas de trabalho extra, e 7 por cento numa redução do nível de proteção social. As dimensões escolhidas para reinvestir o *output* acrescido seriam as seguintes: rendimento disponível (39 por cento), benefícios em cuidados de saúde (25 por cento) e educação (24 por cento). O restante *output* económico (12 por cento) seria destinado à melhoria da segurança pública e proteção ambiental.

Se a maior parte dos *trade-offs* são largamente consensuais, já as horas de trabalho e a proteção social são as questões mais controversas

Os resultados indicam que os inquiridos partilham mais áreas de consenso do que seria expectável em quatro atributos — saúde, educação, segurança pública, e proteção ambiental —, 90 por cento dos inquiridos ou mais pretendem melhorias. Este número está em linha com o de outros países europeus, sendo particularmente importante no caso da educação, área em que Portugal se encontra desfasado num determinado número de métricas-chave. As opiniões em torno de aumentar a pressão no trabalho e o rendimento disponível reuniram um vasto consenso. Mais de 70 por cento estavam de acordo com uma orientação similar, refletindo um entendimento comum em relação à necessidade de colmatar o *gap* de produtividade e a vontade de que as famílias aumentassem os seus rendimentos em comparação com os países europeus mais ricos (em linha com os inquiridos de outros países com rendimentos reduzidos). No entanto, as alterações a nível da proteção social e das horas de trabalho revelaram a maior variação. Enquanto 44 por cento declararam disponibilidade para trabalhar mais horas, 33 por cento preferiram manter o *status quo*, e 23 por cento preferiram trabalhar menos horas. Este facto reflete que as horas de trabalho em Portugal são já das mais longas da Europa. No que se refere à proteção social, os inquiridos dividiram-se em partes iguais entre quererem um nível mais elevado, o mesmo nível, ou um nível mais baixo de proteção social, revelando uma disparidade significativa nesta dimensão. O *driver* mais significativo subjacente à diferença parece ser o impacto percebido das alterações no sistema de fundos de pensões, em que uma parte da população mais jovem (<49 anos) e com menores rendimentos (<500€) favorece o mesmo ou um menor nível de proteção social (84 por cento) vs. uma parte da população com maiores rendimentos que favorece o mesmo nível ou um nível mais elevado de proteção social (75 por cento). Esta divergência de opiniões é comum em Espanha e Itália, enquanto países como o Reino Unido, França e a Suécia apresentam uma muito maior probabilidade de optarem pela redução da rede de proteção social em troca de outros benefícios.

Os inquiridos portugueses podem ser agrupados em três grandes conjuntos, com preferências contrastantes: os que estão disponíveis para prescindir da proteção social, a fim de melhorar o rendimento disponível; os que estão disponíveis para melhorar a proteção social; e os que estão disponíveis para trabalhar mais horas

A população europeia inquirida pode ser dividida em cinco grandes grupos, com base nas preferências reveladas. O *mix* de países destes grupos evidencia uma forte correlação com o desenvolvimento económico subjacente. Em Portugal, a maioria da população corresponde a um dos seguintes três grupos: aqueles que revelam elevada predisposição para prescindir do equilíbrio vida pessoal-profissional, a fim de melhorar todos os outros atributos (40 por cento); aqueles que pretendem melhorar a maioria dos atributos — em particular o rendimento disponível — em detrimento principalmente da proteção social (26 por cento), e aqueles que pretendem melhorar a proteção social mas com reduzida ênfase no rendimento disponível (21 por cento). Os restantes 13 por cento incluem dois segmentos particularmente relevantes nos países ricos: aqueles que estão dispostos a assumir apenas compromissos moderados (limitando as alterações ao *status quo*); e aqueles que demonstram disponibilidade para preservar o equilíbrio vida pessoal-profissional, reduzindo a pressão no trabalho ou o número de horas trabalhadas em troca de reduzir outros benefícios.

Os salários diretamente associados à *performance* e à estandardização a nível das esferas pública e privada são largamente aceites como mecanismos de estímulo à produtividade

O aumento da produtividade constitui uma clara prioridade entre os inquiridos Portugueses: 72 por cento afirmaram estar disponíveis para aumentar a pressão sobre a *performance* e aceitar um maior nível de meritocracia no trabalho. Apesar de 74 por cento dos inquiridos terem afirmado estar de acordo com a componente variável dos salários que reflita a *performance* individual, apenas 36 por cento dos empregos em Portugal têm salários diretamente associados à *performance*. Adicionalmente, 75 por cento dos inquiridos, incluindo 53 por cento dos funcionários públicos, consideram ser necessário alinhar as condições de trabalho e os salários a nível dos setores público e privado.

Os inquiridos estariam disponíveis para trabalhar mais horas por semana, a fim de obter benefícios noutras áreas, em particular se fosse aumentada a flexibilidade dos horários

Em média, os inquiridos Portugueses estão dispostos a trabalhar uma hora extra por semana para melhorar outros atributos. No entanto, perante a questão sobre se estariam dispostos para trabalharem mais horas por semana caso o horário de trabalho fosse flexibilizado, os inquiridos foram claros: 76 por cento (incluindo 88 por cento com menos de 44 anos) concordaram em trabalhar mais horas; e 41 por cento afirmaram que trabalhariam mais de duas horas extra por semana. Perante a pergunta sobre se estariam disponíveis para alterar o seu atual horário de trabalho caso o rendimento líquido variasse proporcionalmente, 49 por cento dos inquiridos demonstraram disponibilidade para trabalhar mais horas. Este número aumentou para 67 por cento entre os inquiridos que atualmente trabalham 35 horas ou menos por semana.

Refletindo a complexidade das questões em torno da proteção social, sacrificar as pensões por limite de idade revela-se a questão mais controversa (e também a mais relevante)

Apesar das tendências demográficas que geram pressão sobre o sistema de segurança social já de si sobrecarregado, o estudo revelou uma significativa disparidade a nível dos *trade-offs* aceitáveis para a população inquirida, a maior parte resultante dos benefícios das pensões de reforma (as pensões de reforma médias em Portugal situam-se acima da média europeia como percentagem do salário médio, embora com elevada variação). Os mais jovens e com menores rendimentos revelaram-se mais disponíveis para renunciar à segurança social. Em geral, regista-se reduzida adesão ao corte nos níveis das pensões de reforma por limite de idade. Sessenta e seis por cento dos inquiridos afirmaram preferir aumentar as contribuições sociais sobre o trabalho para o sistema de pensões e manter os atuais níveis de apoio do que manter os níveis de contribuição nos atuais níveis e reduzir os níveis das pensões. Perante a escolha entre subsídios de desemprego por mais tempo e mais generosos (garantindo a proteção dos desempregados) e subsídios de desemprego por menos tempo e menores (aumentado o incentivo a encontrar trabalho rapidamente), 61 por cento dos inquiridos indicaram preferir reduzir a duração ou os montantes dos subsídios, refletindo um maior consenso do que em relação às pensões por limite de idade. Quando segmentados por ideologia política, estes resultados revelaram-se quase idênticos. O alinhamento em torno do desemprego tem subjacente a disponibilidade para trabalhar de forma mais produtiva (com a potencial redistribuição de recursos que poderá implicar).

Os sacrifícios relacionados com maior pressão laboral, mudanças de emprego mais frequentes ou mais horas de trabalho são vistos como *drivers-chave* para a melhoria do rendimento disponível

A fim de aumentar o rendimento disponível, os inquiridos revelaram-se, em geral, dispostos a aceitar receber no país um maior número de imigrantes e a mudar de trabalho com maior frequência. Perante a escolha entre um maior ou um menor nível de imigração como forma de aumentar o rendimento disponível através do aumento da contribuição da população ativa, 67 por cento escolheram um maior nível de imigração. Outros países europeus não revelaram uma atitude tão favorável em relação aos estrangeiros. Do mesmo modo, ao escolher entre permanecer mais tempo numa empresa ou mudar de emprego mais frequentemente, 56 por cento optaram por uma mudança de emprego com maior frequência. No entanto, os inquiridos também revelaram preferência por permanecer na mesma cidade e valorizaram a segurança do emprego em detrimento do rendimento disponível. Cinquenta e seis por cento dos inquiridos estariam disponíveis para reduzir o rendimento disponível, a fim de permanecerem na mesma cidade, enquanto 61 por cento afirmaram preferir reduzir a segurança do emprego.

Apesar de os inquiridos estarem alinhados em relação à vontade de melhorar os cuidados de saúde, a sua perspetiva sobre a função do Governo requer um debate mais aprofundado

Os inquiridos responderam de forma quase unânime quanto à sua intenção de melhorar a saúde, e revelaram ter ideias claras sobre as melhorias pretendidas. Quando questionados sobre as prioridades, 29 por cento revelaram que os menores tempos de espera se situavam entre as suas duas principais preocupações, e 23 por cento indicaram melhores cuidados de saúde para os idosos, os doentes crónicos e as crianças. No entanto, o estudo também revelou algumas diferenças de opinião no que se refere ao papel do Governo no fornecimento de serviços de saúde. Confrontados com a escolha entre o financiamento público destinado exclusivamente aos sistemas de saúde públicos e ao financiamento público destinado a uma *mix* de prestadores de cuidados de saúde públicos e privados em regime de concorrência, 48 por cento preferiram apoiar exclusivamente prestadores públicos, enquanto 52 por cento optaram pelo apoio do Governo tanto aos prestadores públicos como aos privados, com a escolha a ser deixada ao paciente. Os inquiridos que se identificaram como sendo de direita (21 por cento) e aqueles sem uma forte ideologia política (55 por cento) favoreceram o apoio a prestadores públicos e privados, enquanto os inquiridos que se identificaram como sendo de esquerda (24 por cento), mais claramente favoreceram o apoio a instituições públicas apenas. Esta divisão reforça a necessidade de mais informação objetiva e de explorar diferentes modelos para definir claramente uma via de financiamento do sistema de saúde.

A educação é largamente aceite como uma das principais prioridades para o País, sendo unânime o reconhecimento da necessidade de aumentar o investimento nesta área; a maior parte dos inquiridos concordou que deverá existir um sistema de avaliação dos professores, bem como um sistema de ensino público mais robusto

A educação constitui uma prioridade para quase todos os inquiridos, refletindo o *gap* significativo entre Portugal e os outros países europeus, tanto no que se refere aos níveis de educação como às taxas de abandono escolar. As principais prioridades centram-se na redução dos custos de acesso à educação e na melhoria da qualidade do ensino (a última constituindo uma grande prioridade para os professores, juntamente com a melhoria da qualidade dos professores). Um sistema de avaliação que recompense os professores com melhor *performance* e penalize os que apresentam pior *performance* recebeu o apoio de 62 por cento de todos os inquiridos, percentagem semelhante à dos inquiridos docentes. O estudo revelou igualmente que 58 por cento dos inquiridos estavam a favor de que o orçamento do Governo para a educação se concentrasse no sistema de ensino público, enquanto 42 por cento se declararam a favor de uma abordagem que apoiasse tanto o acesso ao ensino público como ao privado, em regime de concorrência. Os inquiridos de todos os quadrantes políticos tenderam a favorecer as políticas enfocadas no sistema de ensino público, tendo sido maior a incidência dos inquiridos de tendências de esquerda. No que se refere à autonomia da escola pública, os inquiridos em geral e os professores divergiram. Perante a escolha entre uma autoridade centralizada e uma autoridade descentralizada para a tomada de decisões nas escolas (por exemplo, colocação de professores), 67 por cento dos inquiridos em geral optaram por uma maior autonomia para as escolas, enquanto 57 por cento dos professores afirmaram que a tomada de decisões deveria estar centralizada no Ministério da Educação. Um maior debate público sobre a definição das formas de melhorar a organização e a eficiência do sistema educação público é fundamental para conseguir o necessário salto qualitativo.



Anexo

Este anexo técnico pretende fornecer detalhes sobre o estudo do MGI e sobre as fontes de dados e metodologias utilizadas neste relatório, nas seguintes secções:

1. Estudo *Conjoint* das Aspirações Europeias, do MGI
2. Estudo Específico das Prioridades Portuguesas

A primeira secção descreve a metodologia da análise *conjoint* realizada em 2014 pelo McKinsey Global Institute. O estudo de monitorização de 2015, levado a cabo em Portugal, recorreu à mesma metodologia.

A metodologia descrita nesta secção é a mesma utilizada na análise *conjoint* portuguesa descrita neste relatório. Esta metodologia pode ser igualmente encontrada no relatório de junho de 2015 do MGI *A Window of Opportunity for Europe*. Com o objetivo de apoiar a análise dos dados do estudo português, foram adicionados os necessários detalhes a este anexo técnico sempre que ocorreram mudanças específicas (por exemplo, *inputs* do País).

É importante notar que o termo “produtividade” incluído no relatório do MGI passou a ser designado de “pressão no trabalho / meritocracia”, com o objetivo de o tornar mais claro para o público-alvo. Esta alteração não afetou de modo algum os resultados, pois não foram apresentados aos inquiridos os termos exatos dos atributos, no momento do inquérito.

Este estudo foi igualmente realizado na Holanda em 2014, embora os resultados não tenham sido considerados nas médias europeias apresentadas neste relatório nem no relatório do MGI.

A segunda secção deste Anexo descreve o questionário específico que foi incluído na componente de estudo adicional realizada em Portugal, que se enfocou nas atuais questões do País, que alimentam o debate público.

1. Estudo *conjoint* das aspirações europeias, do MGI

Objetivo, âmbito e perspetiva geral dos instrumentos e limitações

O Estudo *Conjoint* das Aspirações Europeias do MGI teve por objetivo entender as aspirações dos europeus em relação a várias condições da sociedade alicerçadas na prosperidade económica, para a próxima década, bem como a sua própria situação económica. Deste modo, o estudo oferece uma contribuição empírica para o debate sobre se a Europa evoluiu para uma “sociedade pós-crescimento” ou se os cidadãos europeus ainda anseiam por crescimento económico, e estão empenhados em consegui-lo. O estudo pretende igualmente perceber se os cidadãos estão preparados para contribuir pessoalmente para esse crescimento e para fazer os *trade-offs* que esta opção implica.

O estudo, realizado entre 13 de agosto de 2014 e 22 de agosto de 2014, pela SKIM da Holanda, que utilizou painéis *on-line* do Global Market Insite, abrangeu oito países europeus: França, Alemanha, Itália, Polónia, Roménia, Espanha, Suécia e Reino Unido. No total, estes países representam cerca de três quartos da população da Euro-30. Foram incluídas duas mil pessoas no estudo em cada um dos oito países, resultando numa amostra total de 16.000 pessoas.

O estudo *conjoint* português, realizado entre 25 de junho de 2015 e 12 de agosto de 2015, foi também preparado pela SKIM da Holanda. Este estudo foi elaborado pela IPSOS / APEME, uma empresa de *research* de mercado portuguesa. Foram também incluídas 2.000 pessoas no estudo realizado em Portugal.

A metodologia *conjoint* foi selecionada como instrumento primário para nos permitir ter em conta os *trade-offs* que os europeus podem ter de fazer para alcançarem as melhorias pretendidas e para evitar estabelecer uma “lista de desejos” de prioridades que não consideram os custos inerentes de forma adequada. O estudo também incluiu uma série de perguntas habituais de inquéritos deste tipo, que foram colocadas após a conclusão da análise *conjoint* de forma a (1) analisar aprofundadamente elementos importantes da análise *conjoint*, tais como a disponibilidade para trabalhar; (2) testar atributos e atitudes e comportamentos adicionais, tais como os atuais níveis de satisfação; e (3) fornecer a envolvente sociodemográfica dos inquiridos para ponderação da amostra e análise de resultados por agrupamento demográfico.

Tal como em qualquer estudo de mercado, este apresentava uma série de limitações e enviesamentos. Os detalhes são aqui apresentados nas secções de metodologia. No entanto, as maiores limitações e enviesamentos que sublinharíamos incluem (1) o facto de o inquérito *on-line* abranger mais os utilizadores da Internet (parcialmente corrigido em Portugal pela realização de inquéritos telefónicos e assistidos); (2) a utilização de painéis profissionais, bem como de taxas de desistência durante o estudo, criam um certo enviesamento de autosseleção; (3) as diferenças interculturais; (4) a escolha de variáveis *conjoint*, que limitam os *trade-offs* às variáveis apresentadas; (5) a utilização da descrição qualitativa dos atributos e níveis na apresentação da análise *conjoint*, juntamente com o modelo quantitativo que lhe subjaz para equilibrar os cenários em matéria de custo e impacto no PIB, introduz um grau de subjetividade na forma como os inquiridos interpretam as descrições dos atributos e entendem os cenários como equilibrados ou não; (6) técnicas de pós-processamento e estimativa de valores de utilidade podem introduzir um enviesamento adicional na ponderação e extrapolação de respostas parciais; adicionalmente, (7) neste estudo puramente transversal, não obtivemos quaisquer dados que permitam determinar as variações ao longo do tempo.

Amostragem e recrutamento de participantes

Foram utilizados painéis profissionais *on-line* de indivíduos em cada país que foram remunerados pela sua participação em estudos. Dentro da população dos painéis, o fornecedor do painel procurou questionar 2.000 pessoas para cada país e enviou convites para participação em lotes aleatórios de aproximadamente 200. A distribuição socioeconómica dos inquiridos após cada lote foi monitorizada cuidadosamente e os lotes seguintes foram entregues a participantes escolhidos aleatoriamente de entre grupos sub-representados sempre que necessário.

Em Portugal, as respostas foram recolhidas através de três abordagens diferentes: 74 por cento dos inquiridos foram abordados através de um painel *on-line* (que inclui mais de 330.000 participantes em Portugal), 21 por cento através de entrevistas telefónicas assistidas por computador, e 5 por cento através de entrevistas pessoais assistidas por computador (para garantir representação suficiente de grupos como, por exemplo, o dos idosos). A seleção da amostra do estudo garantiu uma representatividade equivalente da população portuguesa em matérias de género, idade, região, rendimento, situação profissional e nível de educação.

Adaptação específica ao país e controlo de qualidade

O estudo do MGI abrangeu oito países diferentes e um igual número de línguas, cada qual com uma cultura distinta. Assim, os inquiridos no estudo podem ter interpretado de forma diferente as questões e atributos que lhes foram apresentados. Quaisquer comparações internacionais devem ser interpretadas nesse contexto. Os resultados de pontuações em comparações interculturais podem ter um significado diferente dos encontrados em comparações numa mesma cultura. A equivalência de conceitos e a similaridade de significados atribuídos a um comportamento ou conceito podem variar significativamente entre culturas. A equivalência linguística, a formulação dos itens (em matéria de forma, significado e estrutura) podem também variar entre diferentes versões de um documento em línguas diferentes, incluindo a complexidade de leitura dos itens apresentados e a forma como o texto soa e é entendido quando ouvido por um orador nativo.²⁴

Usámos uma empresa de tradução profissional para traduzir o estudo de inglês para as línguas nacionais e testar a equivalência semântica. Testámos também a tradução do estudo com um orador nativo em cada país, que também falava inglês e que estava familiarizado com o objetivo do estudo. Finalmente, facultámos aos inquiridos as definições dos termos e conceitos utilizados em cada questão para ajudar a minorar o impacto das diferenças interculturais.

Foi utilizado o mesmo formato *conjoint* para todos os países, incluindo Portugal.

Pós-processamento: ponderação RIM

As respostas foram ponderadas de modo a alinhar as distribuições nacionais com cada país de forma individual, de acordo com género, idade, rendimento, nível de habilitações, emprego (estado e ocupação), nacionalidade e composição do agregado familiar. Utilizando dados demográficos do Eurostat, foram medidos desvios na amostra comparativamente à média nacional. Utilizando uma técnica designada ponderação RIM (*Random Iterative Method*, também conhecida por *ranking*), aplicámos diferentes pesos a inquiridos individuais, de modo a alinhá-los com distribuições demográficas. Por exemplo, se inquiríssemos mais homens do que os representados na população nacional, ajustá-riamos o peso dos homens em baixa.

Instrumento 1: Metodologia, variáveis, atributos e apresentação de *trade-offs* na análise *conjoint*

Utilizámos uma metodologia *conjoint* para descobrir as preferências dos inquiridos quando confrontados com diferentes cenários, cada um consistindo numa combinação de resultados para várias dimensões ou variáveis interdependentes.

Escolha de variáveis

As variáveis incluídas na análise *conjoint* foram selecionadas de modo a refletir, por um lado, as dimensões que os cidadãos usualmente valorizam nas suas vidas e, por outro lado, os *drivers*-chave de despesa (pública), bem como a geração de rendimento.

24 Vd. Fons van de Vijver e Norbert K. Tanzer, "Bias and equivalence in cross-cultural assessment: An overview", *Revue européenne de psychologie appliquée*, volume 54, número 2, 2004, e Stefánía Ægisdóttir, Lawrence H. Gerstein, e Deniz Canel Çinarbas, "Methodological Issues in cross-cultural counseling research: Equivalence, bias, and translations", *The Counseling Psychologist*, volume 36, março de 2008.

Para identificar o que as pessoas valorizam, a escolha de variáveis baseou-se no *Better Life Index* da OCDE, um instrumento amplamente reconhecido por definir e comparar o progresso social e a qualidade de vida entre países. Atributos do *Better Life Index* da OCDE, tais como o “envolvimento cívico” e “satisfação pessoal” foram, no entanto, excluídos da análise *conjoint*, uma vez que o nosso enfoque incidiu em atributos que poderiam ser claramente associados à disponibilidade de recursos económicos (tais como a despesa pública ou privada). Pela mesma razão, decidimos considerar a “proteção social” e não o atributo “comunidade” do *Better Life Index* e desagregámos o atributo “vida / trabalho” em “horas de trabalho” e “pressão no trabalho / meritocracia”, com o objetivo de oferecer aos inquiridos um entendimento mais tangível do que representaria uma melhoria ou sacrifício nesta dimensão, e para ser possível estimar o impacto económico.

Da mesma forma, incluímos os seguintes oito atributos nos cenários de análise *conjoint* e disponibilizámos as seguintes definições para garantir que os inquiridos tinham um entendimento claro e comum destas variáveis:

- **Saúde.** A qualidade da saúde envolve, por exemplo, maior esperança de vida, maior qualidade de vida, melhores tecnologias e tratamentos e menores filas de espera. Inclui também o cuidado aos idosos.
- **Educação.** A qualidade da educação abrange todos os tipos de ensino (primária, secundária e ensino superior).
- **Ambiente.** O ambiente e o espaço público envolvem a proteção do ambiente (tais como as florestas e os lagos) e a qualidade e aparência dos espaços públicos (por exemplo, parques, estradas e estações).
- **Segurança pública.** A segurança envolve a existência de mais polícias nas ruas, de mais prisões e maior controlo do tráfego. Inclui também a defesa nacional.
- **Proteção social.** A proteção social pode envolver o nível de, e direito a, pensões, subsídios em caso de desemprego e / ou incapacidade. Inclui também serviços sociais.
- **Rendimento disponível.** Refere-se ao rendimento proveniente do trabalho e / ou a abonos e benefícios efetivamente disponíveis para gastar em cada mês (após pagar impostos, custos com proteção social e despesas com saúde).
- **Horas de trabalho.** O tempo de trabalho refere-se a horas efetivamente trabalhadas numa semana de trabalho. Não inclui trabalho não pago, como é o caso do voluntariado.
- **Pressão no trabalho / meritocracia.** Uma maior pressão no trabalho / meritocracia implica um investimento em áreas que aumentam a produtividade; podem incluir formação extra, requalificação, maior empenho e maior ambição na procura de emprego.

O número global de variáveis foi limitado a oito para que o nível de complexidade do estudo fosse manejável. Idealmente, teríamos desagregado o rendimento disponível em itens típicos de despesa pessoal, abrangido totalmente todos os elementos de despesa pública, incluindo também, por exemplo, a administração geral do Estado, ou testado cada um dos *trade-offs* específicos de cada *driver* de crescimento (por exemplo, idade da reforma mais tardia), mas o correspondente grau de complexidade dos cenários *conjoint* não seria manejável.

Escolha de níveis de atributos

A fim de reduzir a carga cognitiva dos inquiridos ao considerar os cenários, utilizámos especificações quantitativas dos níveis de atributos apenas para duas variáveis, nomeadamente o rendimento disponível, devido ao elevado peso que este tem no PIB, e as horas de trabalho, como variável-chave de equilíbrio. Utilizámos níveis qualitativos standardizados mais simples para as restantes seis variáveis.

Para o rendimento disponível e para as horas de trabalho por semana, os níveis propostos foram 20 por cento menos, 10 por cento menos, o mesmo, 10 por cento mais e 20 por cento mais. Para saúde, educação, ambiente, proteção social, segurança pública e pressão no trabalho / meritocracia, os níveis foram muito mais baixa, mais baixa, a mesma, mais alta e muito mais alta.

Equilibrar os cenários *conjoint* num modelo de PIB

Para equilibrar os cenários e avaliar as implicações económicas, traduzimos os níveis acima descritos em geração de despesa ou de rendimento adicional ou reduzida/o. Este cálculo baseou-se na atual quota do PIB das oito variáveis do caso-base, utilizando uma média ponderada do PIB (2012) dos oito países para cada uma das áreas abordadas no estudo (Quadro A1). Se uma variável fosse melhorada num cenário, outras variáveis seriam reduzidas num valor monetário coletivamente equivalente — ou as horas de trabalho ou a pressão no trabalho / meritocracia aumentavam para gerar um aumento de rendimento equivalente.

Quadro A1

Inputs para o estudo *conjoint* na Europa (8 países) Modelo de PIB

Área	Descrição	Valores para Europa-8 ¹	Fonte
 Saúde	Cuidados de saúde; despesa pública e privada (% do PIB)	10,22%	Banco Mundial
 Educação	Despesa total (% do PIB)	6,03%	Eurostat
 Ambiente	Despesa total em proteção ambiental (% do PIB)	1,21%	Eurostat
 Proteção social	Despesa pública em proteção social contra os riscos de desemprego, doença, incapacidade e envelhecimento (% do PIB)	15,16%	Eurostat
 Segurança pública	Despesa pública em defesa, ordem pública e segurança (% do PIB)	3,44%	Eurostat
 Rendimento disponível	Percentagem do PIB não atribuível a despesas do Estado nem relacionada com despesa privada em saúde, educação e proteção ambiental	46,83%	Eurostat

¹ Não soma 100% uma vez que nem todas as dimensões de despesa foram consideradas

FONTE: Eurostat; Banco Mundial; MGI European Aspirations Conjoint Survey, 2014; McKinsey Global Institute analysis

Foi aplicada a mesma metodologia no estudo *conjoint* português, utilizando inputs específicos do País para a quota do PIB de cada uma das oito variáveis (Quadro A2).

Quadro A2

Inputs para o inquérito *conjoint* à população portuguesa
Modelo de PIB

Área	Descrição	Valores para Portugal ¹	Fonte
 Saúde	Cuidados de saúde; despesa pública e privada (% do PIB)	10,20%	OECD
 Educação	Despesa total (% do PIB)	5,70%	Eurostat
 Ambiente	Despesa total em proteção ambiental (% do PIB)	0,50%	Eurostat
 Proteção social	Despesa pública em proteção social contra os riscos de desemprego, doença, incapacidade e envelhecimento (% do PIB)	14,20%	Eurostat
 Segurança pública	Despesa pública em defesa, ordem pública e segurança (% do PIB)	1,45%	Eurostat
 Rendimento disponível	Percentagem do PIB não atribuível a despesas do Estado nem relacionada com despesa privada em saúde, educação e proteção ambiental	49,51%	Eurostat

¹ Não soma 100% uma vez que nem todas as dimensões de despesa foram consideradas
Nota: Dados da OCDE respeitantes a 2011 e dados do Eurostat respeitantes a 2012 (estes incluem os dados reais mais recentes, excluindo portanto qualquer estimativa)
FONTE: Eurostat; Banco Mundial; MGI European Aspirations Conjoint Survey, 2014; McKinsey Global Institute *analysis*

Aplicámos as seguintes traduções de descrições de cenários e de níveis de atributos para a despesa:

- Para rendimento disponível, horas de trabalho e pressão no trabalho / meritocracia, assumimos aumentos ou reduções de 0, 10 ou 20 por cento relativamente à atual percentagem do PIB. Para rendimento disponível, estes valores correspondem exatamente aos níveis mostrados aos inquiridos. Para as horas de trabalho, estes valores correspondem aproximadamente às três ou seis horas a mais ou a menos mostradas no estudo. Para pressão no trabalho / meritocracia escolhemos as mesmas alterações do que para as horas trabalhadas, porque a produtividade também afeta diretamente toda a economia em termos de *output* adicional (ou inferior) gerado.

- Na saúde, assumimos um aumento da despesa, mesmo quando os inquiridos escolheram “o mesmo” nível devido ao custo crescente da saúde alinhado com os dados demográficos. Baseámo-nos no relatório de 2012 da Comissão Europeia sobre o envelhecimento.²⁵ Saúde “muito mais baixa” foi assumida como correspondendo a nenhum aumento em despesa de saúde, resultando num efeito negativo de 42 por cento devido ao crescimento do PIB e ao envelhecimento. Assumimos que “mais baixa” corresponde a compensar as mudanças demográficas, mas não o crescimento do PIB; alicerçados no “cenário demográfico” da Comissão Europeia, chegámos a uma redução de 29 por cento da despesa com a saúde em função do PIB. Compensando os efeitos demográficos e o crescimento esperado do PIB resulta na “mesma” qualidade da saúde que existe hoje — implicando um aumento de 8 por cento da despesa com a saúde, em função do PIB. Os cenários de “elasticidade de rendimento” e “determinantes não demográficos” definidos pela Comissão Europeia foram utilizados para saúde “mais alta” e “muito mais alta”, implicando aumentos de 28 por cento e 39 por cento, respetivamente, na despesa com a saúde em função do PIB.
- Em educação, ambiente, proteção social e segurança pública, assumimos que as opções “muito mais baixa”, “mais baixa”, “mais alta” e “muito mais alta” correspondiam a 50 por cento e 100 por cento de redução ou ao aumento da despesa em percentagem do PIB, respetivamente (por exemplo, a atual despesa em educação representa cerca de seis por cento do PIB e, portanto, uma despesa “mais alta” implicaria cerca de três por cento extra do PIB). O nível “mesmo que hoje” para um dado atributo implicou uma percentagem constante do PIB na despesa. Escolhemos estes grandes incrementos entre opções para garantir que as escolhas dos cenários implicariam *trade-offs* perceptíveis e assim revelariam as prioridades dos inquiridos.

O Quadro A3 resume o custo adicional / inferior ou a redução / aumento em recursos disponíveis por variável e nível para os oito países europeus no estudo inicial do MGI.

O Quadro A4 resume o custo adicional / inferior ou a redução / aumento dos recursos disponíveis por variável e nível para Portugal.

Atribuir valores quantitativos de despesa a níveis qualitativos implica necessariamente algum grau de subjetividade. Esta ressalva deve ser tida em conta na interpretação dos resultados quantitativos da análise *conjoint*.

²⁵ *The 2012 ageing report: Underlying assumptions and projection methodologies*, Comissão Europeia, abril de 2011.

Quadro A3

Inputs para o estudo *conjoint* na Europa (8 países)

Aumento / redução de custo e maior / menor disponibilidade de recursos por nível e variável na *conjoint* % do PIB

Europa (8 países)	1	2	3	4	5
 Saúde	-4,2	-2,9	0,8	2,8	4
 Educação	-6	-3	0	3	6
 Ambiente	-1,2	-0,6	0	0,6	1,2
 Segurança pública	-3,4	-1,7	0	1,7	3,4
 Proteção social	-15,2	-7,6	0	7,6	15,2
 Rendimento disponível	-10,2	-5,1	0	5,1	10,2
 Horas de trabalho	-20	-10	0	10	20
 Pressão no trabalho / meritocracia	-20	-10	0	10	20

FONTE: McKinsey Global Institute

Quadro A4

Inputs para o estudo *conjoint* na Europa (8 países)

Aumento / redução de custo e maior / menor disponibilidade de recursos por nível e variável na *conjoint* % do PIB

Portugal	1	2	3	4	5
 Saúde	-4,3	-3	0,8	2,9	4
 Educação	-5,7	-2,9	0	2,9	5,7
 Ambiente	-0,5	-0,3	0	0,3	0,5
 Segurança pública	-1,5	-0,7	0	0,7	1,5
 Proteção social	-14,2	-7,1	0	7,1	14,2
 Rendimento disponível	-9,9	-5	0	5	9,9
 Horas de trabalho	-20	-10	0	10	20
 Pressão no trabalho / meritocracia	-20	-10	0	10	20

FONTE: McKinsey Global Institute

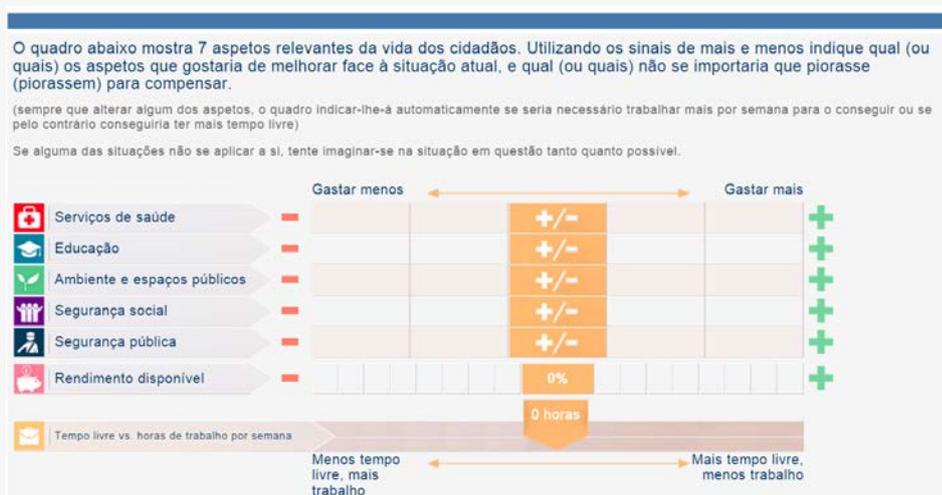
Apresentação dos cenários *conjoint*

A abordagem *conjoint* consistiu em duas etapas — uma etapa introdutória e os exercícios *conjoint* ou escolhas de cenário.

Na etapa introdutória, o inquirido foi capaz de construir um cenário pessoal ideal usando sete das oito variáveis (excluindo pressão no trabalho / meritocracia) — Quadro A5. Este passo inicial do estudo dava aos inquiridos a oportunidade de ordenar as variáveis e expressar a intensidade da sua preferência escolhendo uma variável em detrimento de outra. Um modelo do PIB (acima descrito) equilibrava o custo dos atributos selecionados aumentando ou reduzindo automaticamente horas de trabalho na medida necessária para gerar os recursos económicos adicionais. Este exercício serviu dois propósitos. Primeiro, forneceu ao inquirido um entendimento geral dos componentes e do princípio de *trade-off* da análise *conjoint*. Em segundo lugar, revelou também se havia uma vontade de melhorar a despesa em saúde, educação, ambiente, proteção social e segurança pública, tendo em conta as limitações do poder de compra e tempo livre de cada indivíduo. Isto serviu também como *input* para a segunda etapa, os *trade-offs conjoint* (ver explicação abaixo).

Quadro A5

Construção do cenário ideal individual



FONTE: McKinsey Global Institute

A segunda etapa consistiu no exercício de análise *conjoint* durante o qual foram apresentados a cada inquirido simultaneamente dez conjuntos de dois cenários equilibrados pelo PIB, e depois lhe foi solicitado que escolhesse entre eles (Quadro A6). Cada um dos cenários especificava uma combinação de variáveis em cinco níveis diferentes de despesa e / ou qualidade.

Quadro A6

Escolha entre cenários

Se tivesse de escolher entre os dois cenários em baixo, qual preferiria para Portugal daqui a 10 anos? Selecione o cenário que prefere mesmo que nenhum deles seja o ideal para si. 2/10

Clique nos temas se quiser obter mais informações.

	Cenário 1	ou	Cenário 2
 A qualidade da educação é...	Mais baixa que atualmente		Muito mais baixa que atualmente
 A qualidade da segurança social é...	Mais alta que atualmente		Muito mais alta que atualmente
 Por semana, trabalho ...	Mais 3,5h que atualmente		Mais 7h que atualmente
 A pressão para ter um bom desempenho é...	Mais baixa que atualmente		Muito mais baixa que atualmente
	<input type="checkbox"/> Prefiro este cenário		<input type="checkbox"/> Prefiro este cenário

FONTE: McKinsey Global Institute

A técnica de análise *conjoint* utilizada foi uma *Partial Profile Conjoint*. Em cada exercício de *trade-off*, mostrámos aleatoriamente apenas quatro das oito variáveis possíveis por cenário. A principal razão para esta abordagem teve por objetivo evitar o excesso de informação, gerando de qualquer modo resultados consistentes graças à grande dimensão das nossas amostras.

A fim de garantir um exercício de *trade-off* mais realista e rigoroso, as escolhas de cenários de análise *conjoint* foram adaptadas às preferências de cada inquirido, de acordo com a etapa introdutória. Escolhemos as duas áreas nas quais o inquirido revelou maior preferência por gastar mais e, nestas duas áreas, não mostrámos nenhum dos níveis inferiores, desfavoráveis, nos cenários de análise *conjoint*. Esta fase de adaptação aumentou o rigor das nossas estimativas de preferências (utilidades) e evitou fatigar e frustrar os inquiridos. Cada cenário mostrado é desenhado de forma que seja relativamente neutro em termos de PIB, para que sejam oferecidas escolhas realistas aos inquiridos. São mostrados dez conjuntos de cenários para *trade-off* a cada inquirido.

Estimativa de cenários ótimos e médios

Estimámos as preferências relativas que cada indivíduo tem por cada um dos oito atributos com base nas escolhas que cada inquirido fez nos dez exercícios de análise *conjoint* apresentados. Por exemplo, se algum inquirido escolhesse sistematicamente um cenário com muito maior despesa em educação, então a pontuação de preferência estimada por despesa muito mais alta em educação seria elevada. Aplicámos uma técnica bayesiana hierárquica (Hierarchical Bayes — HB), usando o *software* Sawtooth, o *standard* no setor, para calcular estas preferências ou pontuações de utilidade. O método HB viabiliza “preditores” de preferências relativamente estáveis a nível individual, o que permite realizar análises a nível de subgrupos (ao contrário dos modelos *logit* ou LC). O HB consiste numa abordagem iterativa que procura otimizar as pontuações de utilidade para cada indivíduo e cada variável, de forma a melhor representarem as escolhas reais que um inquirido faz nos exercícios da *conjoint*. Por exemplo, assumindo que um inquirido escolhe entre o cenário A e o cenário B, cada um contendo quatro variáveis e níveis, e seleciona o A. O método HB estima, então, pontuações de utilidade, de forma a que a pontuação total de preferência estimada — o somatório das pontuações de utilidade estimadas para as quatro variáveis e níveis apresentados — seja mais elevada para o cenário A do que para o cenário B. O método HB procura estimar as pontuações de utilidade, de forma a maximizar as ocasiões em que a previsão e a escolha real coincidam em todas as escolhas de cenários apresentadas a um inquirido.

Estimámos um cenário médio calculando a média de todos os cenários ótimos a nível do inquirido (ponderada pela representatividade do perfil do inquirido na população). Com base no modelo do PIB, foram determinados todos os cenários possíveis balanceados pelo PIB — ou seja, todas as combinações de mais ou menos educação, proteção social, horas de trabalho etc., o que fez corresponder a despesa económica aos recursos disponíveis. É de notar que estes cenários desenhados continham todas as oito variáveis e respetivos níveis, e não apenas quatro, como acontecia nos exercícios de análise *conjoint* de perfil parcial apresentados aos inquiridos. É também de notar que, para este passo do processamento, aplicámos adaptações específicas a cada país das quotas europeias do PIB apresentadas nos Quadros A1 e A2, com base nas mesmas fontes. Calculámos para todos estes cenários de perfil completo a pontuação total de preferência para cada inquirido individual como sendo a soma das utilidades dos níveis associados. Nesta base, identificámos o cenário equilibrado preferido de cada indivíduo. Para cenários ótimos por país, escolhemos o cenário que maximiza a pontuação total de preferência para toda a amostra de inquiridos.

Para determinar um cenário específico do país ou da média europeia, utilizámos o nível médio de cada variável entre todos os cenários ótimos de inquiridos individuais. Por exemplo, se 50 por cento dos inquiridos tinha educação “muito mais alta” — convertida para cálculo de média num nível numérico de cinco numa escala de um (muito mais baixa) a cinco (muito mais alta) — como preferida, e os restantes 50 por cento tinham “mais alta” (nível 4) como preferida, então o cenário médio seria definido a 4,5. Na prática, a diferença entre cenários ótimos e médios foi reduzida. Os cenários médios têm a vantagem face aos ótimos de podermos determinar valores mais granulares, entre as escolhas discretas de 1, 2, 3, 4 e 5, do que num cenário ótimo.

Calculámos quantas pessoas preferiam o cenário com a média específica do país (ou média europeia) face ao cenário do atual *status quo* (nada inferior ou superior), calculando pontuações totais de preferências para cada inquirido e comparando quantas vezes o cenário médio apresenta uma preferência superior quando comparado com o *status quo*. O nível de preferência foi semelhante ao do cenário ótimo.

Com base nas preferências divergentes entre indivíduos (por exemplo, algumas pessoas preferem mais educação, enquanto outras optam por mais rendimento), realizámos uma análise de *clusters* com o objetivo de identificar diferentes segmentos de inquiridos. Testámos várias técnicas de *clustering* e aplicámos um híbrido de SPSS Two-step e K-Means, que gerou os *clusters* mais diferenciadores. Os *inputs* para o algoritmo de *cluster* foram os níveis de cenários ótimos dos inquiridos para cada um dos oito atributos (por exemplo, um inquirido poderia ter saúde no nível 4, educação no nível 5 etc., e outro inquirido poderia ter saúde no nível 2 e educação no nível 4). O algoritmo de “clusterização” procurou identificar grupos de pessoas com cenários ótimos muito semelhantes.

Instrumento 2: Perguntas tradicionais dos inquéritos

Além dos exercícios de análise *conjoint*, o estudo também apresentou uma série de outras perguntas. O objetivo de introduzir questões adicionais foi o de obter informação acerca do perfil sociodemográfico e aprofundar o nosso entendimento sobre os valores e atitudes dos inquiridos, bem como as suas preferências mais específicas sobre algumas das questões suscitadas pelos exercícios da análise *conjoint*.

Nem todos os inquiridos receberam todas as perguntas adicionais; foi-lhes atribuída aleatoriamente uma seleção, exceto para a definição dos perfis sociodemográficos. Neste relatório, avaliamos apenas alguns aspetos mais relacionados com os *trade-offs* da análise *conjoint*. O conjunto de perguntas detalhadas pode ser consultado no Anexo do relatório do MGI de Junho, 2013, *A window of opportunity for Europe*.

2. Estudo específico das prioridades portuguesas

Objetivo, âmbito e perspetiva

Além do estudo da análise *conjoint* desenvolvido pelo MGI e das perguntas tradicionais dos inquéritos descritas na secção anterior, os inquiridos portugueses também tiveram de responder a um questionário específico focado em reformas e outras linhas de ação dentro de um conjunto de 13 alavancas acionáveis: educação, participação na força de trabalho, empreendedorismo, investigação e desenvolvimento, mercado laboral, investimento direto, justiça económica, impostos, saúde, proteção social, pensões, administração pública e ambiente. Cada inquirido respondeu a perguntas específicas sobre apenas três destas 13 dimensões, escolhidas aleatoriamente para cada inquirido, de forma a evitar sobrecarga de informação.

Estas questões adicionais tiveram por objetivo identificar as preferências dos inquiridos face a uma série de possíveis linhas de ação dentro de dimensões importantes que podem afetar o crescimento económico sustentado de Portugal.

Os resultados deste questionário específico complementaram os resultados do estudo de análise *conjoint* e permitiram realizar uma série de análises aprofundadas sobre as preferências dos inquiridos portugueses quanto a possíveis linhas de ação. Apesar de nem todas estas perguntas incluídas no estudo terem sido analisadas neste relatório, incluímos as perguntas mais relevantes relacionadas com cada um dos oito atributos (sacrifícios e melhorias), para os quais identificámos as aspirações dos inquiridos portugueses. Várias destas perguntas foram desenhadas de modo a forçar os inquiridos a fazerem *trade-offs*, escolhendo uma de duas opções possíveis. Outros tipos de pergunta requeriam que os inquiridos classificassem duas prioridades como mais importantes ou menos importantes, entre várias escolhas.

